

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	10
DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	11
Demonstração do Valor Adicionado	12

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
Balanço Patrimonial Passivo	14
Demonstração do Resultado	16
Demonstração do Resultado Abrangente	17
Demonstração do Fluxo de Caixa	18

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	20
DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	21
Demonstração do Valor Adicionado	22

Comentário do Desempenho	23
--------------------------	----

Notas Explicativas	28
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	80
---	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	82
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2012</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	227.836.623
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>227.836.623</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Reunião do Conselho de Administração	09/02/2012	Outros	22/06/2012	Ordinária		2,54000

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2012</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2011</b>
1	Ativo Total	25.187.612	25.018.556
1.01	Ativo Circulante	3.535.713	3.704.694
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.011.372	2.142.079
1.01.03	Contas a Receber	1.283.875	1.257.348
1.01.03.01	Clientes	1.107.220	1.072.015
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	176.655	185.333
1.01.03.02.01	Saldos com Partes Relacionadas	176.655	185.333
1.01.04	Estoques	41.631	44.576
1.01.06	Tributos a Recuperar	53.801	117.893
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	53.801	117.893
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	145.034	142.798
1.01.08.03	Outros	145.034	142.798
1.01.08.03.01	Caixa Restrito	84.998	99.729
1.01.08.03.20	Demais Contas a Receber	60.036	43.069
1.02	Ativo Não Circulante	21.651.899	21.313.862
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	913.664	931.985
1.02.01.03	Contas a Receber	322.850	333.713
1.02.01.03.01	Clientes	322.850	333.713
1.02.01.06	Tributos Diferidos	178.646	177.926
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	178.646	177.926
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	162.317	170.288
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	162.317	170.288
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	249.851	250.058
1.02.01.09.03	Indenizações a Receber	60.295	60.295
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	50.445	54.178
1.02.01.09.05	Agência Nacional de Água - ANA	102.891	100.551
1.02.01.09.20	Demais Contas a Receber	36.220	35.034
1.02.02	Investimentos	72.745	74.571
1.02.02.01	Participações Societárias	20.160	21.986
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	20.160	21.986
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	52.585	52.585
1.02.03	Imobilizado	183.328	181.585
1.02.04	Intangível	20.482.162	20.125.721
1.02.04.01	Intangíveis	20.482.162	20.125.721
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	12.250.963	12.078.687
1.02.04.01.02	Contratos de Programa	1.588.194	1.505.766
1.02.04.01.03	Contrato Prestação de Serviço	6.626.652	6.522.475
1.02.04.01.04	Licença de Uso de Software	621	2.316
1.02.04.01.05	Novos Negócios	15.732	16.477

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2012</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2011</b>
2	Passivo Total	25.187.612	25.018.556
2.01	Passivo Circulante	3.372.333	3.956.146
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	286.212	243.502
2.01.01.01	Obrigações Sociais	23.297	31.836
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	262.915	211.666
2.01.02	Fornecedores	194.867	244.658
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	194.867	244.658
2.01.03	Obrigações Fiscais	172.604	180.794
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	168.548	175.264
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	37.812	0
2.01.03.01.02	Pis-Pasep e Cofins a Pagar	55.743	57.052
2.01.03.01.03	INSS a Pagar	25.621	25.630
2.01.03.01.04	Parcelamento Lei 10.684/03	37.054	36.716
2.01.03.01.20	Outros Tributos Federais	12.318	55.866
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	4.056	5.530
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	998.501	1.629.184
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	787.969	825.265
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	582.380	635.888
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	205.589	189.377
2.01.04.02	Debêntures	210.532	803.919
2.01.05	Outras Obrigações	793.845	893.938
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	20.681	12.062
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	20.681	12.062
2.01.05.02	Outros	773.164	881.876
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	247.486	247.486
2.01.05.02.04	Contas a Pagar	307.110	383.116
2.01.05.02.05	Valores a Restituir	48.507	50.300
2.01.05.02.06	Compromissos Contratos de Programas	54.585	62.287
2.01.05.02.07	Parceria Público Privada - PPP	6.604	12.693
2.01.05.02.08	Convênio Prefeitura Municipal de São Paulo	59.141	62.228
2.01.05.02.09	Indenizações	4.751	5.310
2.01.05.02.20	Outras Obrigações	44.980	58.456
2.01.06	Provisões	926.304	764.070
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	127.810	117.556
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	5.596	5.859
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	94.928	86.821
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	27.286	24.876
2.01.06.02	Outras Provisões	798.494	646.514
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	71.266	12.014
2.01.06.02.04	Provisões com Clientes	273.831	244.817
2.01.06.02.05	Provisões com Fornecedores	453.397	389.683
2.02	Passivo Não Circulante	10.777.470	10.516.514
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	7.118.350	6.794.148
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	4.482.983	4.725.684
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.796.796	1.861.640
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	2.686.187	2.864.044

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2012</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2011</b>
2.02.01.02	Debêntures	2.635.367	2.068.464
2.02.02	Outras Obrigações	2.921.290	2.914.607
2.02.02.02	Outros	2.921.290	2.914.607
2.02.02.02.03	Outros Impostos e Contribuições a Recolher	9.271	18.363
2.02.02.02.04	Obrigações Previdenciárias	2.073.557	2.050.697
2.02.02.02.05	Compromissos Contratos de Programas	130.291	130.978
2.02.02.02.06	Parceria Público Privada - PPP	420.259	416.105
2.02.02.02.07	Indenizações	42.526	43.707
2.02.02.02.08	TAC - Aposentados	15.861	30.171
2.02.02.02.09	Cofins e Pasep Diferidos	117.328	114.106
2.02.02.02.20	Outras Obrigações	112.197	110.480
2.02.04	Provisões	737.830	807.759
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	288.681	293.794
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	69.003	70.589
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	74.760	69.715
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	144.918	153.490
2.02.04.02	Outras Provisões	449.149	513.965
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	66.854	109.165
2.02.04.02.04	Provisões com Clientes	353.295	373.716
2.02.04.02.05	Provisões com Fornecedores	29.000	31.084
2.03	Patrimônio Líquido	11.037.809	10.545.896
2.03.01	Capital Social Realizado	6.203.688	6.203.688
2.03.02	Reservas de Capital	124.255	124.255
2.03.02.07	Auxílio para Obras	108.475	108.475
2.03.02.08	Reserva de Incentivos	15.780	15.780
2.03.04	Reservas de Lucros	4.217.953	4.217.953
2.03.04.01	Reserva Legal	521.219	521.219
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	288.143	288.143
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	3.408.591	3.408.591
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	491.913	0

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.577.682	2.294.623
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.496.439	-1.367.777
3.02.01	Custos dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-957.057	-928.362
3.02.02	Custos de Construção	-539.382	-439.415
3.03	Resultado Bruto	1.081.243	926.846
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-371.065	-497.485
3.04.01	Despesas com Vendas	-170.777	-178.222
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-206.991	-321.482
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	10.607	5.254
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	11.906	5.789
3.04.04.02	Cofins e Pasep	-1.299	-535
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.144	-2.069
3.04.05.01	Perda na Baixa de Bens do Imobilizado	-939	-642
3.04.05.03	Incentivos Fiscais	-1.189	-1.350
3.04.05.05	Outras	-16	-77
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.760	-966
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	710.178	429.361
3.06	Resultado Financeiro	45.010	-50.634
3.06.01	Receitas Financeiras	87.358	91.027
3.06.01.01	Receitas Financeiras	87.607	95.945
3.06.01.02	Variações Cambiais Ativa	-249	-4.918
3.06.02	Despesas Financeiras	-42.348	-141.661
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-201.560	-210.758
3.06.02.02	Variações Cambiais Passiva	159.212	69.097
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	755.188	378.727
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-263.275	-195.934
3.08.01	Corrente	-263.995	-209.314
3.08.02	Diferido	720	13.380
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	491.913	182.793
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	491.913	182.793
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	2,15907	0,80230
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	2,15907	0,80230

## **DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia não possui demonstração de resultado abrangente.

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	419.920	514.010
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.135.308	1.116.774
6.01.01.01	Lucro Líquido Antes do Imp.Renda e Contr.Social	755.188	378.727
6.01.01.02	Provisões p/ Contingências	126.349	44.750
6.01.01.05	Prejuízo Venda Ativos Imobilizados e Intangíveis	940	642
6.01.01.06	Depreciação e Amortização	186.495	228.093
6.01.01.07	Juros Calculados s/ Empréstimos e Financ. a Pagar	105.520	141.298
6.01.01.08	Variações Monetária e Cambiais de Emprést. e Financ.	-150.699	-35.206
6.01.01.09	Juros e Variações Monetárias Passivas	479	817
6.01.01.10	Juros e Variações Monetárias Ativas	-2.144	-4.675
6.01.01.11	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	97.608	83.283
6.01.01.12	Provisão para Termo de Ajustamento de Conduta(TAC)	8.878	11.220
6.01.01.13	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.760	966
6.01.01.14	Provisão Sabesprev Mais	-2.771	0
6.01.01.15	Outras Provisões/Reversões	3.050	4.758
6.01.01.16	Repasse Prefeitura Municipal São Paulo	-9.227	74.111
6.01.01.17	Margem de Valor Justo sobre Ativos Intangíveis Resultantes de Contratos de Concessão	-11.475	-10.759
6.01.01.18	Obrigações Previdenciárias	25.357	198.749
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-362.775	-339.747
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-120.950	-88.974
6.01.02.02	Saldos e Transações com Partes Relacionadas	17.715	12.455
6.01.02.03	Estoques	2.799	1.329
6.01.02.04	Impostos a Recuperar	-51.066	-95.878
6.01.02.05	Demais Contas a Receber	-23.397	-193.598
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	1.475	13.379
6.01.02.08	Empreiteiros e Fornecedores	-84.426	11.225
6.01.02.09	Salários, Provisões e Contrib. Social	33.832	-6.990
6.01.02.10	Obrigações Previdenciárias	-2.497	-3.534
6.01.02.11	Impostos e Contribuições a Recolher	-17.761	33.937
6.01.02.12	Serviços Recebidos	-76.006	59.827
6.01.02.13	Outras Obrigações	-14.007	-50.118
6.01.02.14	Contingências	-31.708	-33.458
6.01.02.15	Impostos sobre Receitas	3.222	651
6.01.03	Outros	-352.613	-263.017
6.01.03.01	Juros Pagos	-203.776	-200.712
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuições Pagos	-148.837	-62.305
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-397.509	-348.523
6.02.01	Aquisição de Bens Ativo Imobilizado	-7.084	-3.671
6.02.02	Aumento de Intangíveis	-405.222	-344.449
6.02.03	Aumento Investimento	66	-10.604
6.02.04	Caixa Restrito	14.731	10.201
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-153.118	243.581
6.03.01	Captações	810.284	976.132
6.03.02	Amortizações de Empréstimos	-963.402	-732.551

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011</b>
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-130.707	409.068
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.142.079	1.988.004
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.011.372	2.397.072

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	6.203.688	124.255	4.217.953	0	0	10.545.896
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.203.688	124.255	4.217.953	0	0	10.545.896
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	491.913	0	491.913
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	491.913	0	491.913
5.07	Saldos Finais	6.203.688	124.255	4.217.953	491.913	0	11.037.809

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	6.203.688	124.255	3.353.857	0	0	9.681.800
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.203.688	124.255	3.353.857	0	0	9.681.800
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	182.793	0	182.793
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	182.793	0	182.793
5.07	Saldos Finais	6.203.688	124.255	3.353.857	182.793	0	9.864.593

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011</b>
7.01	Receitas	2.713.407	2.412.656
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.189.407	1.989.830
7.01.02	Outras Receitas	11.906	5.790
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	550.856	450.173
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-38.762	-33.137
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.100.855	-921.270
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-908.439	-764.346
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-190.272	-154.855
7.02.04	Outros	-2.144	-2.069
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.612.552	1.491.386
7.04	Retenções	-186.695	-228.374
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-186.695	-228.374
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.425.857	1.263.012
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	85.598	90.061
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.760	-966
7.06.02	Receitas Financeiras	87.358	91.027
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.511.455	1.353.073
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.511.455	1.353.073
7.08.01	Pessoal	365.420	520.825
7.08.01.01	Remuneração Direta	243.505	230.385
7.08.01.02	Benefícios	98.270	265.273
7.08.01.03	F.G.T.S.	23.645	25.167
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	536.927	436.515
7.08.02.01	Federais	499.721	408.278
7.08.02.02	Estaduais	13.007	10.379
7.08.02.03	Municipais	24.199	17.858
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	117.195	212.940
7.08.03.01	Juros	101.168	204.733
7.08.03.02	Aluguéis	16.027	8.207
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	491.913	182.793
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	491.913	182.793

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2012</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2011</b>
1	Ativo Total	25.392.325	25.214.984
1.01	Ativo Circulante	3.547.971	3.725.833
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.019.264	2.149.989
1.01.03	Contas a Receber	1.284.556	1.257.992
1.01.03.01	Clientes	1.107.901	1.072.659
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	176.655	185.333
1.01.03.02.01	Saldos com Partes Relacionadas	176.655	185.333
1.01.04	Estoques	41.655	44.611
1.01.06	Tributos a Recuperar	54.088	118.116
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	54.088	118.116
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	148.408	155.125
1.01.08.03	Outros	148.408	155.125
1.01.08.03.01	Caixa Restrito	84.998	99.729
1.01.08.03.20	Demais Contas a Receber	63.410	55.396
1.02	Ativo Não Circulante	21.844.354	21.489.151
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	921.690	938.421
1.02.01.03	Contas a Receber	322.850	333.713
1.02.01.03.01	Clientes	322.850	333.713
1.02.01.06	Tributos Diferidos	181.686	179.463
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	181.686	179.463
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	162.317	170.288
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	162.317	170.288
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	254.837	254.957
1.02.01.09.03	Indenizações a Receber	60.295	60.295
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	50.445	54.178
1.02.01.09.05	Agência Nacional de Água - ANA	102.891	100.551
1.02.01.09.20	Demais Contas a Receber	41.206	39.933
1.02.02	Investimentos	52.585	52.585
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	52.585	52.585
1.02.03	Imobilizado	370.174	356.468
1.02.04	Intangível	20.499.905	20.141.677
1.02.04.01	Intangíveis	20.499.905	20.141.677
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	12.268.683	12.094.633
1.02.04.01.02	Contratos de Programa	1.588.194	1.505.766
1.02.04.01.03	Contrato Prestação Serviço	6.626.652	6.522.475
1.02.04.01.04	Licença Uso Software	644	2.326
1.02.04.01.05	Novos Negócios	15.732	16.477

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2012</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2011</b>
2	Passivo Total	25.392.325	25.214.984
2.01	Passivo Circulante	3.388.392	3.968.668
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	286.664	243.876
2.01.01.01	Obrigações Sociais	23.395	31.927
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	263.269	211.949
2.01.02	Fornecedores	207.118	255.557
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	207.118	255.557
2.01.03	Obrigações Fiscais	172.772	181.122
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	168.662	175.378
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	37.881	0
2.01.03.01.02	Pis-Pasep e Cofins a Pagar	55.758	57.073
2.01.03.01.03	INSS a Pagar	25.627	25.645
2.01.03.01.04	Parcelamento Lei 10.684/03	37.054	36.716
2.01.03.01.20	Outros Tributos Federais	12.342	55.944
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	13	4
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	4.097	5.740
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	999.570	1.630.010
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	789.038	826.091
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	583.449	636.714
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	205.589	189.377
2.01.04.02	Debêntures	210.532	803.919
2.01.05	Outras Obrigações	795.964	894.033
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	20.681	12.062
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	20.681	12.062
2.01.05.02	Outros	775.283	881.971
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	247.486	247.486
2.01.05.02.04	Serviços	307.110	383.116
2.01.05.02.05	Valores a Restituir	48.507	50.300
2.01.05.02.06	Compromissos Contratos de Programas	54.585	62.287
2.01.05.02.07	Parceria Público Privada - PPP	6.604	12.693
2.01.05.02.08	Convênio Prefeitura Municipal de São Paulo	59.141	62.228
2.01.05.02.09	Indenizações	4.751	5.310
2.01.05.02.20	Outras Obrigações	47.099	58.551
2.01.06	Provisões	926.304	764.070
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	127.810	117.556
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	5.596	5.859
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	94.928	86.821
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	27.286	24.876
2.01.06.02	Outras Provisões	798.494	646.514
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	71.266	12.014
2.01.06.02.04	Provisões com Clientes	273.831	244.817
2.01.06.02.05	Provisões com Fornecedores	453.397	389.683
2.02	Passivo Não Circulante	10.966.124	10.700.420
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	7.295.715	6.966.285
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	4.500.249	4.737.722
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.814.062	1.873.678

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2012</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2011</b>
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	2.686.187	2.864.044
2.02.01.02	Debêntures	2.795.466	2.228.563
2.02.02	Outras Obrigações	2.932.579	2.926.376
2.02.02.02	Outros	2.932.579	2.926.376
2.02.02.02.03	Outros Impostos e Contribuições a Recolher	9.271	18.363
2.02.02.02.04	Obrigações Previdenciárias	2.073.557	2.050.697
2.02.02.02.05	Compromissos Contratos de Programas	130.291	130.978
2.02.02.02.06	Parceria Público Privada - PPP	420.259	416.105
2.02.02.02.07	Indenizações	42.526	43.707
2.02.02.02.08	TAC - Aposentados	15.861	30.171
2.02.02.02.09	Cofins e Pasep Diferidos	118.719	114.957
2.02.02.02.20	Outras Obrigações	122.095	121.398
2.02.04	Provisões	737.830	807.759
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	288.681	293.794
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	69.003	70.589
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	74.760	69.715
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	144.918	153.490
2.02.04.02	Outras Provisões	449.149	513.965
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	66.854	109.165
2.02.04.02.04	Provisões com Clientes	353.295	373.716
2.02.04.02.05	Provisões com Fornecedores	29.000	31.084
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	11.037.809	10.545.896
2.03.01	Capital Social Realizado	6.203.688	6.203.688
2.03.02	Reservas de Capital	124.255	124.255
2.03.02.07	Auxílio para Obras	108.475	108.475
2.03.02.08	Reserva de Incentivos	15.780	15.780
2.03.04	Reservas de Lucros	4.217.953	4.217.953
2.03.04.01	Reserva Legal	521.219	521.219
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	288.143	288.143
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	3.408.591	3.408.591
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	491.913	0

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.588.397	2.295.690
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.505.454	-1.368.424
3.02.01	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-959.710	-928.995
3.02.02	Custos de Construção	-545.744	-439.429
3.03	Resultado Bruto	1.082.943	927.266
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-372.379	-497.887
3.04.01	Despesas com Vendas	-171.076	-178.249
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-209.792	-322.851
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	10.633	5.282
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	11.932	5.817
3.04.04.02	Cofins e Pasep	-1.299	-535
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.144	-2.069
3.04.05.01	Perda na Baixa de Bens do Imobilizado	-939	-642
3.04.05.03	Incentivos Fiscais	-1.189	-1.350
3.04.05.05	Outras	-16	-77
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	710.564	429.379
3.06	Resultado Financeiro	42.912	-50.690
3.06.01	Receitas Financeiras	87.586	91.063
3.06.01.01	Receitas Financeiras	87.826	95.981
3.06.01.02	Variações Cambiais Ativa	-240	-4.918
3.06.02	Despesas Financeiras	-44.674	-141.753
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-203.886	-210.850
3.06.02.02	Variações Cambiais Passiva	159.212	69.097
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	753.476	378.689
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-261.563	-195.896
3.08.01	Corrente	-263.136	-209.314
3.08.02	Diferido	1.573	13.418
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	491.913	182.793
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	491.913	182.793
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	491.913	182.793
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	2,15907	0,80230
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	2,15907	0,80230

## **DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia não possui demonstração de resultado abrangente.

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	427.771	513.276
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.131.360	1.115.687
6.01.01.01	Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e Contribuição	753.476	378.689
6.01.01.02	Provisões para Contingências	126.349	44.750
6.01.01.05	Prejuízo Venda Ativos Imobilizados Intangíveis	940	642
6.01.01.06	Depreciação e Amortização	186.574	228.100
6.01.01.07	Juros Calculados sobre Empréstimos e Financiamentos a Pagar	105.520	141.223
6.01.01.08	Variações Monetária e Cambial de Empréstimos e Financiamentos	-150.699	-35.206
6.01.01.09	Juros e Variações Monetárias Passivas	479	824
6.01.01.10	Juros e Variações Ativas	-2.144	-4.697
6.01.01.11	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	97.608	83.283
6.01.01.12	Provisão para Termo de Ajustamento de Conduta(TAC)	8.878	11.220
6.01.01.14	Provisão Sabesprev Mais	-2.771	0
6.01.01.15	Outras Provisões/Reversões	3.050	4.758
6.01.01.16	Repasse Prefeitura Municipal de São Paulo	-9.227	74.111
6.01.01.17	Margem de Valor justo Sobre Ativos Intangíveis Resultantes de Contratos de Concessão	-12.030	-10.759
6.01.01.18	Obrigações Previdenciárias	25.357	198.749
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-350.976	-339.394
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-120.987	-89.180
6.01.02.02	Saldos e Transações com Partes Relacionadas	17.715	12.455
6.01.02.03	Estoques	2.810	1.325
6.01.02.04	Impostos a Recuperar	-51.130	-96.034
6.01.02.05	Demais Contas a Receber	-14.531	-193.753
6.01.02.06	Depósito Judiciais	1.475	13.379
6.01.02.08	Empreiteiros e Fornecedores	-83.074	11.682
6.01.02.09	Salários, Provisões e Contribuições Sociais	33.910	-6.789
6.01.02.10	Obrigações Previdenciárias	-2.497	-3.534
6.01.02.11	Impostos e Contribuições a Recolher	-17.712	33.842
6.01.02.12	Outros Fornecedores	-76.006	59.827
6.01.02.13	Outras Obrigações	-13.003	-49.807
6.01.02.14	Contingências	-31.708	-33.458
6.01.02.15	Impostos sobre Receitas	3.762	651
6.01.03	Outros	-352.613	-263.017
6.01.03.01	Juros Pagos	-203.776	-200.712
6.01.03.02	Impostos de Renda e Contribuições Pagos	-148.837	-62.305
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-410.849	-351.214
6.02.01	Aquisição de Bens Ativo Imobilizado	-19.058	-14.898
6.02.02	Aumento de Intangíveis	-406.522	-346.517
6.02.04	Caixa Restrito	14.731	10.201
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-147.647	248.603
6.03.01	Captações	815.755	983.579
6.03.02	Amortizações de Empréstimos	-963.402	-734.976
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-130.725	410.665

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011</b>
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.149.989	1.989.179
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.019.264	2.399.844

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	6.203.688	124.255	4.217.953	0	0	10.545.896	0	10.545.896
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.203.688	124.255	4.217.953	0	0	10.545.896	0	10.545.896
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	491.913	0	491.913	0	491.913
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	491.913	0	491.913	0	491.913
5.07	Saldos Finais	6.203.688	124.255	4.217.953	491.913	0	11.037.809	0	11.037.809

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	6.203.688	124.255	3.353.857	0	0	9.681.800	0	9.681.800
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.203.688	124.255	3.353.857	0	0	9.681.800	0	9.681.800
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	182.793	0	182.793	0	182.793
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	182.793	0	182.793	0	182.793
5.07	Saldos Finais	6.203.688	124.255	3.353.857	182.793	0	9.864.593	0	9.864.593

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011</b>
7.01	Receitas	2.724.704	2.413.743
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.193.878	1.990.874
7.01.02	Outras Receitas	11.932	5.818
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	557.774	450.188
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-38.880	-33.137
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.110.382	-922.323
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-916.613	-764.825
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-191.625	-155.429
7.02.04	Outros	-2.144	-2.069
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.614.322	1.491.420
7.04	Retenções	-186.775	-228.381
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-186.775	-228.381
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.427.547	1.263.039
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	87.586	91.063
7.06.02	Receitas Financeiras	87.586	91.063
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.515.133	1.354.102
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.515.133	1.354.102
7.08.01	Pessoal	367.130	521.543
7.08.01.01	Remuneração Direta	244.840	231.016
7.08.01.02	Benefícios	98.555	265.320
7.08.01.03	F.G.T.S.	23.735	25.207
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	536.359	436.653
7.08.02.01	Federais	499.008	408.394
7.08.02.02	Estaduais	13.011	10.390
7.08.02.03	Municipais	24.340	17.869
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	119.731	213.113
7.08.03.01	Juros	103.494	204.825
7.08.03.02	Aluguéis	16.237	8.288
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	491.913	182.793
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	491.913	182.793

## 1. Destaques financeiros

	<i>R\$ milhões</i>			
	1T11	1T12	Var. (R\$)	%
(+) Receita operacional bruta	1.989,8	2.189,4	199,6	10,0
(+) Receita de construção	450,2	550,9	100,7	22,4
(-) COFINS e PASEP	145,4	162,6	17,2	11,8
(=) Receita operacional líquida	2.294,6	2.577,7	283,1	12,3
(-) Custos e despesas	1.428,1	1.334,8	(93,3)	(6,5)
(-) Custos de construção	439,4	539,4	100,0	22,8
(+) Resultado da equivalência patrimonial	(0,9)	(1,8)	(0,9)	-
(=) Resultado antes das financeiras (LAJIR*)	426,2	701,7	275,5	64,6
(+) Depreciação e amortização	228,1	186,5	(41,6)	(18,2)
(=) LAJIDA**	654,3	888,2	233,9	35,7
(%) Margem LAJIDA	28,5	34,5		
<b>Lucro líquido</b>	<b>182,8</b>	<b>491,9</b>	<b>309,1</b>	<b>169,1</b>
<b>Lucro por ação (R\$)</b>	<b>0,80</b>	<b>2,16</b>		

(\*) Lucro antes dos juros e imposto de renda

(\*\*) Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização

No 1T12, a receita operacional líquida totalizou R\$ 2,6 bilhões, um crescimento de 12,3% em relação ao 1T11. Os custos e despesas somados aos custos de construção, no montante de R\$ 1,9 bilhão apresentaram um acréscimo de 0,4% em relação ao 1T11. O LAJIR avançou 64,6%, passando de R\$ 426,2 milhões no 1T11 para R\$ 701,7 milhões no 1T12. O LAJIDA passou de R\$ 654,3 milhões no 1T11 para R\$ 888,2 milhões no 1T12, um aumento de 35,7%. A margem LAJIDA no 1T12 atingiu 34,5%, comparativamente a 28,5% no mesmo período do ano anterior. Desconsiderando os efeitos da receita e do custo de construção a margem LAJIDA resulta em 43,3% no 1T12 (34,9% no 1T11).

## 2. Receita operacional bruta

A receita operacional bruta relacionada à prestação de serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto apresentou um acréscimo de R\$ 199,6 milhões, ou 10,0%, passando de R\$ 2,0 bilhões no 1T11 para R\$ 2,2 bilhões no 1T12. Os fatores determinantes foram: crescimento do volume faturado total de 3,0%, sendo 2,6% em água e 3,5% em esgoto e o reajuste tarifário de 6,83% aplicado em setembro de 2011.

## 3. Receita de construção

No 1T12, a receita de construção apresentou um acréscimo de R\$ 100,7 milhões ou 22,4%, quando comparado com o 1T11, passando de R\$ 450,2 milhões para R\$ 550,9 milhões. A variação se deu principalmente devido ao maior investimento no período.

## 4. Volume faturado

Nos quadros a seguir demonstram-se os volumes faturados de água e esgoto, de acordo com a categoria de uso e região, no 1T11 e 1T12.

**VOLUME FATURADO <sup>(1)</sup> DE ÁGUA E ESGOTO POR CATEGORIA DE USO - milhões de m<sup>3</sup>**

Categoria	Água			Esgoto			Água + Esgoto		
	1T11	1T12	%	1T11	1T12	%	1T11	1T12	%
Residencial	373,4	384,6	3,0	303,6	315,2	3,8	677,0	699,8	3,4
Comercial	41,3	42,9	3,9	38,3	39,7	3,7	79,6	82,6	3,8
Industrial	9,4	9,6	2,1	9,9	10,4	5,1	19,3	20,0	3,6
Pública	12,2	13,2	8,2	9,5	10,1	6,3	21,7	23,3	7,4
<b>Total varejo</b>	<b>436,3</b>	<b>450,3</b>	<b>3,2</b>	<b>361,3</b>	<b>375,4</b>	<b>3,9</b>	<b>797,6</b>	<b>825,7</b>	<b>3,5</b>
Atacado	74,1	73,3	(1,1)	7,5	6,4	(14,7)	81,6	79,7	(2,3)
Água de reuso	0,1	0,1	-	-	-	-	0,1	0,1	-
<b>Total</b>	<b>510,5</b>	<b>523,7</b>	<b>2,6</b>	<b>368,8</b>	<b>381,8</b>	<b>3,5</b>	<b>879,3</b>	<b>905,5</b>	<b>3,0</b>

**VOLUME FATURADO <sup>(1)</sup> DE ÁGUA E ESGOTO POR REGIÃO - milhões de m<sup>3</sup>**

Região	Água			Esgoto			Água + Esgoto		
	1T11	1T12	%	1T11	1T12	%	1T11	1T12	%
Metropolitana	285,3	293,2	2,8	241,3	248,3	2,9	526,6	541,5	2,8
Regional <sup>(2)</sup>	151,0	157,1	4,0	120,0	127,1	5,9	271,0	284,2	4,9
<b>Total varejo</b>	<b>436,3</b>	<b>450,3</b>	<b>3,2</b>	<b>361,3</b>	<b>375,4</b>	<b>3,9</b>	<b>797,6</b>	<b>825,7</b>	<b>3,5</b>
Atacado	74,1	73,3	(1,1)	7,5	6,4	(14,7)	81,6	79,7	(2,3)
Água de reuso	0,1	0,1	-	-	-	-	0,1	0,1	-
<b>Total</b>	<b>510,5</b>	<b>523,7</b>	<b>2,6</b>	<b>368,8</b>	<b>381,8</b>	<b>3,5</b>	<b>879,3</b>	<b>905,5</b>	<b>3,0</b>

(1) Não auditado

(2) Composto pelas regiões do litoral e interior

## 5. Custos, despesas administrativas e comerciais

No 1T12, os custos dos produtos e serviços prestados, despesas administrativas e comerciais e de construção tiveram um acréscimo de 0,4% (R\$ 6,7 milhões). A participação dos custos e despesas na receita líquida passou de 81,4% no 1T11 para 72,7% no 1T12.

	R\$ milhões			
	1T11	1T12	Var. (R\$)	%
Salários e encargos	556,5	406,3	(150,2)	(27,0)
Materiais gerais	37,2	40,5	3,3	8,9
Materiais de tratamento	45,6	44,6	(1,0)	(2,2)
Serviços	231,4	265,0	33,6	14,5
Energia elétrica	141,3	150,3	9,0	6,4
Despesas gerais	127,5	167,8	40,3	31,6
Despesas fiscais	27,4	35,0	7,6	27,7
<b>Sub-total</b>	<b>1.166,9</b>	<b>1.109,5</b>	<b>(57,4)</b>	<b>(4,9)</b>
Depreciação e amortização	228,1	186,5	(41,6)	(18,2)
Baixa de crédito	33,1	38,8	5,7	17,2
<b>Sub-total</b>	<b>1.428,1</b>	<b>1.334,8</b>	<b>(93,3)</b>	<b>(6,5)</b>
Custos de construção	439,4	539,4	100,0	22,8
<b>Custos, desp. adm e comerciais e construção</b>	<b>1.867,5</b>	<b>1.874,2</b>	<b>6,7</b>	<b>0,4</b>
% sobre a receita líquida	81,4	72,7		

### 5.1. Salários e encargos

No 1T12 ocorreu um decréscimo de R\$ 150,2 milhões ou 27,0% nos salários e encargos, passando de R\$ 556,5 milhões para R\$ 406,3 milhões, em decorrência dos seguintes fatores:

- No primeiro trimestre de 2011 houve uma complementação do passivo atuarial do Plano G0 no valor de R\$ 157,5 milhões, não recorrente nos demais trimestres; e
- Redução de R\$ 13,6 milhões referente ao passivo atuarial do Plano G0. Desde abril de 2011, a apropriação dessas despesas passou a ser feita líquida dos recebimentos da parte incontroversa (benefícios da Lei nº 4819/58).

Os decréscimos citados acima foram compensados pelo aumento na folha de pagamento com impacto de aproximadamente R\$ 23,6 milhões, em função do reajuste salarial de 8% desde maio de 2011.

## 5.2. Materiais gerais

No 1T12, houve um acréscimo de R\$ 3,3 milhões ou 8,9%, quando comparado ao mesmo período do ano anterior, passando de R\$ 37,2 milhões para R\$ 40,5 milhões, relacionados a: (i) manutenção preventiva e corretiva nos sistemas de operação de água e esgoto no valor de R\$ 0,9 milhão; (ii) manutenção de redes e ligações de água e esgoto no valor de R\$ 0,7 milhão, devido ao crescimento vegetativo e regularidade na execução dos serviços do Global Sourcing; (iii) materiais de processamento de dados para novos equipamentos de leitura de hidrômetro e emissão de conta na região Metropolitana no valor de R\$ 0,4 milhão; e (iv) manutenção de equipamento instalado na unidade de manutenção estratégica no valor de R\$ 0,6 milhão.

## 5.3. Materiais de tratamento

Os gastos no 1T12 foram inferiores aos do 1T11 em R\$ 1,0 milhão ou 2,3%, passando de R\$ 45,6 milhões para R\$ 44,6 milhões.

## 5.4. Serviços

No 1T12 este item apresentou acréscimo de R\$ 33,6 milhões ou 14,5%, passando de R\$ 231,4 milhões para R\$ 265,0 milhões. Os principais fatores que contribuíram para essa variação foram:

- Serviços de pavimentação e reposição de calçamentos e manutenção de redes de água e esgoto no valor de R\$ 14,1 milhões, relacionados à intensificação no combate a perdas;
- Veiculação de campanhas publicitárias em rádio e televisão focadas nas ações socioambientais, como: Planeta Sustentável e Projeto Verão, no valor de R\$ 9,1 milhões;
- Acréscimo de R\$ 7,5 milhões, referente ao programa de renovação da frota, por meio de locação; e
- Contrato da Parceria Pública e Privada do Sistema Produtor Alto Tietê com acréscimo de R\$ 6,4 milhões conforme previsto para o segundo ano do contrato e o início de operação em setembro de 2011, elevando a capacidade de produção de água de 10m<sup>3</sup>/s para 15m<sup>3</sup>/s.

## 5.5. Energia elétrica

No 1T12, este item apresentou acréscimo de R\$ 9,0 milhões, ou 6,4% passando de R\$ 141,3 milhões para R\$ 150,3 milhões, associado ao aumento da tarifa média, bem como do consumo pela ampliação de instalações operacionais.

## 5.6. Despesas gerais

No 1T12 houve aumento de R\$ 40,3 milhões ou 31,6%, passando de R\$ 127,5 milhões para R\$ 167,8 milhões. Os fatores foram:

- Acréscimo na provisão para contingências judiciais, em relação ao 1T11, no valor de R\$ 36,2 milhões; e
- Acréscimo de R\$ 6,0 milhões na provisão para o fundo municipal conforme previsto no Contrato de Prestação de Serviços com a PMSP, em decorrência do crescimento da receita do município de São Paulo.

## 5.7. Depreciação e Amortização

Este item apresentou um decréscimo de R\$ 41,6 milhões ou 18,2%, passando de R\$ 228,1 milhões para R\$ 186,5 milhões, resultante da adequação no prazo de amortização entre a vida útil do bem e a vigência do contrato, dos dois o menor, ajuste este realizado em 2011. O principal ajuste refere-se à amortização dos ativos intangíveis relacionado ao Contrato de Prestação de Serviços com a PMSP, não recorrente para os próximos trimestres.

## 5.8. Baixa de créditos

No 1T12 a baixa de crédito apresentou um acréscimo de R\$ 5,7 milhões ou 17,2%, variando de R\$ 33,1 milhões para R\$ 38,8 milhões, principalmente pelo maior provisionamento dos débitos de entidades públicas.

## 5.9. Despesas fiscais

No 1T12 houve um acréscimo de R\$ 7,6 milhões ou 27,7%, em virtude de pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, principalmente no município de São Paulo no valor de R\$ 5,7 milhões.

## 6. Outras receitas e despesas operacionais

### 6.1. Outras receitas operacionais

Apresentaram um acréscimo de R\$ 6,1 milhões ou 105,2% no 1T12, em virtude, principalmente, do reconhecimento por competência, de parte do recebimento de recursos do Governo do Estado de São Paulo, pela adesão ao contrato de Alienação do Direito de Exclusividade dos depósitos dos vencimentos dos empregados da Sabesp, no período de março de 2007 a março de 2014, junto a Nossa Caixa e Banco do Brasil e da receita originária de multa contratual com fornecedores.

## 7. Despesas e receitas financeiras

R\$ milhões

	1T11	1T12	Var.	%
Despesas financeiras				
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos internos	120,1	82,2	(37,9)	(31,6)
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos externos	19,3	20,0	0,7	3,6
Juros sobre processos judiciais	28,8	52,5	23,7	82,3
Outras despesas financeiras	8,3	15,8	7,5	90,4
<b>Total das despesas financeiras</b>	<b>176,5</b>	<b>170,5</b>	<b>(6,0)</b>	<b>(3,4)</b>
Receitas financeiras	78,8	75,8	(3,0)	(3,8)
<b>Despesas financeiras, líquidas das receitas</b>	<b>97,7</b>	<b>94,7</b>	<b>(3,0)</b>	<b>(3,1)</b>

### 7.1. Despesas financeiras

No 1T12 ocorreu um decréscimo de R\$ 6,0 milhões, ou 3,4%. Os principais fatores que influenciaram esse resultado foram:

- Redução com juros sobre empréstimos e financiamentos internos no valor de R\$ 37,9 milhões, devido principalmente, às amortizações da 8ª e 9ª emissão de debêntures, ocorridas em junho e outubro de 2011 respectivamente; e
- Aumento de despesas financeiras decorrente da maior incidência de juros relacionados a processos judiciais com fornecedores no valor de R\$ 23,7 milhões.

## 7.2. Receitas financeiras

As receitas financeiras apresentaram um decréscimo de R\$ 3,0 milhões, resultante da redução gradual das taxas de juros de mercado obtidas nas aplicações financeiras.

## 8. Variações monetárias passivas e ativas

	<i>R\$ milhões</i>			
	1T11	1T12	Var.	%
Variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	19,8	8,5	(11,3)	(57,1)
Variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos	(69,1)	(159,2)	(90,1)	130,4
Outras variações monetárias/cambiais	14,5	22,5	8,0	55,2
<b>Variações monetárias passivas</b>	<b>(34,8)</b>	<b>(128,2)</b>	<b>(93,4)</b>	<b>268,4</b>
Variações monetárias ativas	12,2	11,5	(0,7)	(5,7)
<b>Variações monetárias/cambiais líquidas</b>	<b>(47,0)</b>	<b>(139,7)</b>	<b>(92,7)</b>	<b>197,2</b>

### 8.1. Variações monetárias passivas

O efeito nas variações monetárias passivas no 1T12 foi de R\$ 93,4 milhões inferiores aos valores do 1T11, com destaque para:

- Variação no valor de R\$ 90,1 milhões decorrente da desvalorização de 9,05% do iene (moeda de referência nos contratos da JICA) no 1T12 ante uma desvalorização de 4,34% no 1T11;
- Decréscimo de R\$ 11,3 milhões decorrente da variação de 0,62% no IGPM (indexador dos empréstimos da modalidade de debêntures) do 1T12, ante a variação de 2,43% no 1T11;
- Aumento do montante de outras despesas financeiras relacionadas a processos judiciais no valor de R\$ 6,1 milhões; e
- Atualização monetária dos compromissos assumidos nos contratos de programa, no valor de R\$ 1,4 milhão.

## 9. Indicadores operacionais

No primeiro trimestre de 2012 o índice de perdas de água manteve o mesmo comportamento do trimestre anterior, permanecendo praticamente estável, com pequena variação de 0,1% em relação a dez/2011 e ficou 1,9% abaixo do índice de março/2011.

<b>Indicadores operacionais*</b>	1T11	1T12	%
Ligações de água <sup>(1)</sup>	7.332	7.526	2,6
Ligações de esgoto <sup>(1)</sup>	5.758	5.965	3,6
População atendida diretamente em água <sup>(2)</sup>	23,7	24,0	1,3
População atendida em esgoto <sup>(2)</sup>	20,1	20,6	2,5
Número de empregados	15.153	14.725	(2,8)
Volume produzido de água <sup>(3)</sup>	755	770	2,0
Perdas de água (%)	26,2	25,7	(1,9)

(1) Em milhares de unidades no final do período

(2) Em milhões de habitantes, no final do período. Não inclui o fornecimento por atacado

(3) Em milhões de m<sup>3</sup> acumulado no final do período

\* Não auditado

## Notas Explicativas

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)*

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (“SABESP” ou “Companhia”) é uma empresa de economia mista, com sede em São Paulo, que tem como acionista controlador o Governo do Estado de São Paulo. Atua na prestação de serviços de saneamento básico e ambiental no Estado de São Paulo, e também fornece água tratada no atacado.

Além de atuar na prestação de serviços de saneamento básico no Estado de São Paulo, a SABESP pode exercer estas atividades em outros estados e países, podendo atuar nos mercados de drenagem, serviços de limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e energia. A nova visão da SABESP estabelece como objetivo ser reconhecida como a empresa que universalizou os serviços de saneamento em sua área de atuação, com foco no cliente, de forma sustentável e competitiva, com excelência em soluções ambientais.

Em 31 de março de 2012, a Companhia operava os serviços de água e esgotos em 363 municípios do Estado de São Paulo, tendo cessado temporariamente a operação dos municípios de Araçoiaba da Serra, Iperó, Cajobi, Álvares Florense e Macatuba, devido a ordens judiciais, cujos processos encontram-se em andamento. Na maioria desses municípios as operações decorrem de contratos de concessão firmados por 30 anos. Encontram-se vencidas, em 31 de março de 2012, 96 concessões, sendo que todas estão em fase de negociação com os municípios. Entre 2012 e 2033 vencerão 39 concessões. O restante das concessões opera em base de continuidade. Estas concessões com prazo indeterminado e aquelas em renegociação, com prazo expirado, são amortizadas pela vida útil dos ativos das concessões. Até 31 de março de 2012, foram assinados no total 228 contratos (em 31 de dezembro de 2011 – 225 contratos).

A Administração prevê que todas as concessões vencidas e ainda não renovadas resultarão em novos contratos ou prorrogações, descartando o risco de descontinuidade na prestação dos serviços de água e esgoto nessas localidades municipais. Em 31 de março de 2012, o valor contábil do intangível utilizado nos 96 municípios em negociação totaliza R\$ 6.090 milhões, que representam 29,47% do total, e a receita bruta desses municípios totaliza R\$ 665,3 milhões, que representam 24,18% do total.

As operações da Companhia estão concentradas no município de São Paulo, que representa 53,5% da receita bruta em março de 2012 (dezembro/2011 – 55,11%).

Em 23 de junho de 2010 o Estado de São Paulo, por intermédio do seu Governador, o Município de São Paulo, representado por seu Prefeito, com a interveniência e anuência da SABESP e da Agência Reguladora de Saneamento e Energia – ARSESP celebraram o Convênio com a finalidade de compartilhar a responsabilidade pelo oferecimento do serviço de abastecimento de água e esgoto sanitário na capital, nos próximos 30 anos, prorrogáveis por igual período. Além disso, atribui à SABESP exclusividade na prestação dos serviços e define a ARSESP como responsável pelas funções de regulação, inclusive tarifária, controle e fiscalização dos serviços.

Também em 23 de junho de 2010, foi assinado o “Contrato de Prestação de Serviços Públicos de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário”. O Contrato foi celebrado entre o Estado de São Paulo, o Município de São Paulo e a SABESP, pelo período de 30 anos, prorrogáveis por igual período, englobando as seguintes atividades:

- i. a proteção de mananciais, em articulação com os demais órgãos do Estado e do Município;
- ii. captação, adução e tratamento de água bruta;
- iii. coleta, transporte, tratamento e disposição final de esgotos sanitários; e
- iv. adoção de outras ações de saneamento básico e ambiental.

## Notas Explicativas

No município de Santos, na Baixada Santista, que possui população expressiva, a Companhia opera amparada em escritura pública de autorização, situação similar a de alguns outros municípios das regiões da Baixada Santista e do Vale do Ribeira, nos quais a Companhia passou a operar após a fusão das Companhias que a constituíram.

As renovações das concessões processam-se com base na Lei 11.445, promulgada em 5 de janeiro de 2007, que estabelece a estrutura regulamentar de saneamento básico, prevendo diretrizes nacionais e princípios básicos para a prestação desses serviços, como controle social, transparência, autoridade de integração da infraestrutura de saneamento, gestão de recursos hídricos e articulação entre as políticas da indústria e as políticas públicas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de supressão da pobreza, de promoção da saúde e proteção ambiental e outras questões relacionadas.

As ações da Companhia estão listadas no segmento “Novo Mercado” da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) desde abril de 2002, e na Bolsa de Nova York (NYSE), na forma de ADRs (American Depositary Receipts) desde maio de 2002.

Desde 2008, a SABESP vem atuando em parceria com outras empresas, resultando na formação das seguintes companhias: Sesamm, Águas de Andradina, Saneaqua Mairinque, Aquapolo Ambiental, Águas de Castilho e Attend Ambiental. Embora a participação da SABESP no capital social destas empresas não seja majoritária, os acordos de acionistas preveem o poder de veto e voto de qualidade sobre determinadas matérias em conjunto com as empresas associadas, indicando controle compartilhado na gestão das investidas. Para efeito de classificação contábil, nas demonstrações financeiras, tais empresas são consideradas como “controladas em conjunto”, conforme critérios estabelecidos no CPC 19.

As presentes demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 10 de maio de 2012.

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

### (i) Apresentação das Informações Trimestrais

As informações trimestrais de 31 de março de 2012 foram preparadas tomando-se por base as disposições do CPC 21 – Demonstração Intermediária (individual e consolidada) e da norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) (consolidado), aplicáveis à preparação das Informações Trimestrais – ITR, e que estão apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM. Assim, portanto, estas Informações Trimestrais consideram o Ofício Circular CVM/SNC/SEP 003 de 28 de abril de 2011, o qual permite que as entidades apresentem notas explicativas selecionadas, nos casos de redundância de informações já divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais. As informações trimestrais de 31 de março de 2012, portanto, não incorporam todas as notas e as divulgações exigidas pelas normas para as demonstrações financeiras anuais e, conseqüentemente, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras em CPCs e IFRS para o ano findo em 31 de dezembro de 2011.

### (ii) Informações Financeiras Individuais e Consolidadas

As informações financeiras individuais estão sendo divulgadas junto com as informações financeiras consolidadas e foram preparadas tomando-se por base as disposições do CPC 21 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM e de forma consistente com o divulgado na nota 2 das Demonstrações Financeiras Anuais de 31 de dezembro de 2011.

## Notas Explicativas

As informações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da SABESP e de suas investidas: Sesamm – Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S/A, Águas de Andradina, Águas de Castilho, Saneaqua Mairinque, Aquapolo Ambiental e Attend Ambiental as quais foram incluídas na proporção de sua participação acionária. As políticas contábeis de suas investidas são uniformes em relação às políticas da Companhia. A Companhia mantém o controle acionário compartilhado, cujo exercício social é coincidente com os das controladas. O processo de consolidação das contas patrimoniais e do resultado soma os saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementado pela eliminação da participação da controladora no capital e resultado acumulado da empresa consolidada.

Embora a participação da SABESP no Capital Social de suas investidas não seja majoritária, o acordo de acionistas prevê o poder de veto e voto de qualidade sobre determinadas matérias de gestão, indicando controle compartilhado participativo. Por isso, as demonstrações financeiras foram proporcionalmente consolidadas.

As empresas consolidadas foram as seguintes:

### Sesamm

Em 15 de agosto de 2008, a Companhia, em conjunto com as empresas OHL Medio Ambiente, Inima S.A.U. Unipersonal (“Inima”), Técnicas y Gestion Medioambiental S.A.U. (“TGM”) e Estudos Técnicos e Projetos ETEP Ltda. (“ETEP”), constituíram a empresa Sesamm – Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S/A, com prazo de duração de 30 anos contados da data de assinatura do contrato de concessão com o município, cujo o objeto social é a prestação dos serviços de complementação da implantação do sistema de afastamento de esgotos e implantação de operação do sistema de tratamento de esgotos do município de Mogi Mirim, incluindo a disposição dos resíduos sólidos gerados.

Em 31 de março de 2012, o capital social da Sesamm era de R\$ 19.532, divididos em 19.532.409 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 36% de participação acionária e Inima detém 46% de participação. A Companhia concluiu que ambas as empresas, SABESP e Inima, detém o controle conjunto sobre a Sesamm. Desta forma, a SABESP registra sua participação na Sesamm pelo método de consolidação proporcional, equivalente a 36% sobre os ativos, passivos, receitas e despesas da Sesamm.

Em 31 de março de 2012, as operações da Sesamm ainda não haviam sido iniciadas.

### Águas de Andradina

Em 15 de setembro de 2010, a Companhia, em conjunto com a empresa Companhia de Águas do Brasil – Cab Ambiental constituíram a empresa Águas de Andradina S.A., com prazo indeterminado, cujo objeto social é a prestação de serviços de água e de esgoto no Município de Andradina.

Em 31 de março de 2012, o capital social da empresa era de R\$ 2.908, divididos em 2.908.085 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 30% de participação acionária.

As operações foram iniciadas em outubro de 2010.

### Saneaqua Mairinque

Em 14 de junho de 2010, a Companhia, em conjunto com a empresa Foz do Brasil S.A., constituíram a empresa Saneaqua Mairinque S.A., com prazo de duração indeterminado, cujo objeto é a exploração do serviço público de água e esgoto do município de Mairinque.

## Notas Explicativas

Em 31 de março de 2012, o capital social da empresa era de R\$ 2.000, divididos em 2.000.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 30% de participação acionária.

As operações foram iniciadas em outubro de 2010.

### Aquapolo Ambiental S.A.

Em 8 de outubro de 2009, a Companhia, em conjunto com a empresa Foz do Brasil S.A., constituiu a empresa Aquapolo Ambiental, cujo objeto é a produção, fornecimento e comercialização de água de reuso para a Quattor Química S.A.; Quattor Petroquímica S.A.; Quattor Participações S.A. e demais empresas integrantes do Polo Petroquímico.

Em 31 de março de 2012, o capital social da empresa era de R\$ 36.412, divididos em 42.419.045 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 49% de participação acionária.

O início das operações está previsto para agosto de 2012.

### Águas de Castilho

Em 29 de outubro de 2010, a Companhia, em conjunto com a Companhia de Águas do Brasil – Cab Ambiental, constituiu a empresa Águas de Castilho cujo objeto social é a prestação de serviços de água e esgoto no município de Castilho. A SABESP detém 30% do capital social de R\$ 622 divididos em 622.160 ações nominativas sem valor nominal.

As operações iniciaram-se em janeiro de 2011.

### Attend Ambiental

Em 23 de agosto de 2010, a Companhia, em conjunto com a Companhia Estre Ambiental S/A, constituíram a empresa Attend Ambiental S/A cujo objeto social é a implantação e operação de uma estação de pré tratamento de efluentes não domésticos e condicionamento de lodo, na região metropolitana da capital do Estado de São Paulo, bem como o desenvolvimento de outras atividades correlatas e a criação de infraestrutura semelhante em outros locais, no Brasil e Exterior. A SABESP detém 45% do capital social de R\$ 2.000 divididos em 2.000.000 de ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

A Attend encontra-se em fase pré-operacional com previsão de início das operações para dezembro de 2012.

Abaixo segue resumo da participação da SABESP nas demonstrações financeiras dessas investidas:

	31 de março de 2012					
	SESAMM 36%	ÁGUAS DE ANDRADINA 30%	ÁGUAS DE CASTILHO 30%	SANEAQUA MAIRINQUE 30%	AQUAPOLO AMBIENTAL 49%	ATTEND AMBIENTAL 45%
Ativo Circulante	2.911	376	153	495	5.172	4.543
Ativo não Circulante	16.600	1.428	449	211	193.359	568
Passivo Circulante	984	769	230	277	13.616	182
Passivo não Circulante	13.047	375	138	20	171.336	5.130
Patrimônio Líquido	5.480	660	234	409	13.579	(201)

## Notas Explicativas

	31 de dezembro de 2011					
	SESAMM 36%	ÁGUAS DE ANDRADINA 30%	ÁGUAS DE CASTILHO 30%	SANEAQUA MAIRINQUE 30%	AQUAPOLO AMBIENTAL 49%	ATTEND AMBIENTAL 45%
Ativo Circulante	2.658	360	133	561	12.424	5.003
Ativo não Circulante	14.447	1.300	423	164	180.717	223
Passivo Circulante	832	815	256	228	10.262	127
Passivo não Circulante	11.120	84	47	28	167.498	5.130
Patrimônio Líquido	5.153	761	253	469	15.381	(31)

	31 de março de 2012					
	SESAMM 36%	ÁGUAS DE ANDRADINA 30%	ÁGUAS DE CASTILHO 30%	SANEAQUA MAIRINQUE 30%	AQUAPOLO AMBIENTAL 49%	ATTEND AMBIENTAL 45%
Receita operacional	5.823	4.046	895	652	-	-
Despesa operacional	(5.482)	(4.259)	(855)	(719)	(1.802)	(287)
Receitas financeiras líquidas	52	43	8	7	-	118
Lucro (prejuízo) no período	393	(170)	48	(60)	(1.802)	(169)

	31 de março de 2011					
	SESAMM 36%	ÁGUAS DE ANDRADINA 30%	ÁGUAS DE CASTILHO 30%	SANEAQUA MAIRINQUE 30%	AQUAPOLO AMBIENTAL 49%	ATTEND AMBIENTAL 45%
Receita operacional	-	493	27	567	-	-
Despesa operacional	(229)	(512)	(97)	(498)	(391)	(362)
Receitas financeiras líquidas	12	-	-	11	-	13
Lucro (prejuízo) no período	(217)	(19)	(70)	80	(391)	(349)

### 2.1 Políticas contábeis

As políticas contábeis utilizadas na preparação das informações trimestrais do trimestre findo em 31 de março de 2012 são consistentes com aquelas utilizadas para preparar as Demonstrações Financeiras Anuais referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Nas Demonstrações Financeiras Anuais, essas políticas estão divulgadas na nota 3.

### 2.2 Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Não há novos CPC's/IFRS ou interpretações aplicáveis pela primeira vez neste trimestre que tenha impacto relevante para a Companhia. Para maiores detalhes vide Notas Explicativas 4.1 e 4.2 das Demonstrações Financeiras Anuais de 31 de dezembro de 2011.

## 3. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

### 3.1 Fatores de risco financeiro

## Notas Explicativas

As operações da Companhia são afetadas pela conjuntura econômica brasileira, notadamente pelas variações cambiais, taxas de inflação e taxas de juros, expondo-a a risco de mercado como, taxa de câmbio, taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A Companhia não utilizou instrumentos derivativos, ainda que possa contratar operações de câmbio futuro e financiamento em Reais para reduzir o risco cambial.

(a) Risco de mercado

### Risco cambial

A exposição cambial da SABESP implica riscos de mercado associados às oscilações cambiais do real em relação ao dólar norte-americano e ao iene. Os passivos da SABESP em moeda estrangeira incluem empréstimos em dólares norte-americanos e em iene, principalmente.

No caso de desvalorização do real em relação à moeda estrangeira na qual a dívida esteja denominada, a SABESP incorrerá em prejuízo monetário com relação a tal dívida.

Os riscos cambiais específicos da SABESP estão associados às exposições geradas por sua dívida de curto e longo prazos em moeda estrangeira.

A administração da exposição cambial da SABESP considera diversos fatores econômicos atuais e projetados, além das condições de mercado.

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e, conseqüentemente, as despesas financeiras. A Companhia não mantém operações de “hedge” ou “swap”, no entanto, faz uma gestão ativa da dívida, aproveitando as janelas de oportunidades, para trocar dívidas caras por dívidas mais baratas, reduzindo o custo por meio de antecipação de vencimentos.

Uma parte significativa da dívida financeira da Companhia está atrelada ao dólar norte-americano e ao iene, no valor total de R\$ 2.891,8 milhões em 31 de março de 2012 (R\$ 3.053,4 milhões em 31 de dezembro de 2011). A exposição da Companhia ao risco cambial é a seguinte:

	31 de março de 2012		31 de março de 2011	
	Moeda estrangeira	R\$	Moeda estrangeira	R\$
Empréstimos e financiamentos – US\$	1.110.522	2.023.482	1.082.277	1.762.705
Empréstimos e financiamentos – Iene	38.465.554	850.473	40.489.000	793.989
Juros e encargos de empréstimos e financiamentos – US\$		30.750		30.511
Juros e encargos de empréstimos e financiamentos – Iene		2.057		577
Custas de captação		(14.986)		(12.017)
<b>TOTAL</b>		<b>2.891.776</b>		<b>2.575.765</b>

Em 31 de março de 2012, caso o Real tivesse se valorizado ou desvalorizado em 10% em comparação com o dólar e o iene com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no lucro depois dos impostos e no

## Notas Explicativas

patrimônio líquido para o período teria sido de R\$ 191.846 (março/2011 - R\$ 170.793) a mais ou menos, principalmente como resultado dos ganhos ou perdas cambiais com a conversão de empréstimos em moeda estrangeira.

Simulação de valorização/ desvalorização do real em 10%	<u>31 de março de 2012</u>	<u>31 de março de 2011</u>
Empréstimos em moeda estrangeira e juros	2.906.762	2.587.782
Variação do Dólar/ Iene	<u>10%</u>	<u>10%</u>
Valorização ou desvalorização do real	290.676	258.778
Alíquota do imposto de renda/ contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda/ contribuição social	<u>98.830</u>	<u>87.985</u>
Valorização ou desvalorização do real líquida de impostos	<u>191.846</u>	<u>170.793</u>

### Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “hedge” contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas.

A tabela abaixo mostra os empréstimos e financiamentos da Companhia expressos em reais sujeitos à taxa de juros variável:

	<u>31 de março de 2012</u>	<u>31 de dezembro de 2011</u>
UPR <sup>(i)</sup>	2.273.662	2.364.126
CDI <sup>(ii)</sup>	1.306.793	1.882.341
TJLP <sup>(iv)</sup>	885.243	886.138
IPCA <sup>(v)</sup>	675.106	187.697
Arrendamento Mercantil	<u>84.271</u>	<u>49.609</u>
Total de empréstimos e financiamentos em moeda local	<u>5.225.075</u>	<u>5.369.911</u>

(i) UPR - Unidade Padrão de Referência

(ii) CDI - Certificado de Depósito Interbancário

(iii) IGP-M - Índice Geral de Preços do Mercado

(iv) TJLP - Taxa de Juros a Longo Prazo

(v) IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

Outro risco que a Companhia enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das receitas de seus serviços. Os reajustes de tarifa de fornecimento de água e tratamento de esgoto não necessariamente acompanham os aumentos dos índices de correção dos empréstimos e financiamentos, nas taxas de juros que afetam as dívidas da Companhia.

Em 31 de março de 2012, se as taxas de juros sobre os empréstimos mantidos em reais variassem em torno de 1% a mais ou menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no lucro depois dos impostos teria sido de R\$ 34.485 (2011 - R\$ 36.589) a mais ou a menos, principalmente em decorrência de despesas de juros mais baixas ou mais altas nos empréstimos de taxa variável.

(b) Risco de crédito

## Notas Explicativas

O risco de crédito decorre de equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A Companhia deve, por força da lei, aplicar seu caixa excedente exclusivamente junto ao Banco do Brasil (rating AA+(bra)). Os riscos de crédito são atenuados pela venda a uma base de clientes pulverizada e geograficamente dispersa.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil dos títulos classificados como equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, contas a receber de clientes, saldos com partes relacionadas e indenizações na data do balanço. Notas 5 a 9.

### (c) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras dos governos estaduais e federais, e financiamentos nos mercados internacionais e locais. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia disponha de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais.

O excesso de caixa mantido pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, incluindo as parcelas de principal e juros a serem pagos de acordo com as cláusulas contratuais.

	Abril a dezembro de 2012	2013	2014, 2015 e 2016	2017 em diante	Total
Em 31 de março de 2012					
Empréstimos e financiamentos	1.196.580	1.544.771	3.390.796	5.834.508	11.966.655
Empreiteiros e fornecedores	207.118	-	-	-	207.118
Serviços a pagar	307.110	-	-	-	307.110
	2012	2013	2014, 2015 e 2016	2017 em diante	Total
Em 31 de dezembro de 2011					
Empréstimos e financiamentos	2.115.837	1.689.526	3.008.577	5.162.889	11.976.829
Empreiteiros e fornecedores	255.557	-	-	-	255.557
Serviços a pagar	383.116	-	-	-	383.116

Não há garantias fornecidas pela Companhia a serem divulgadas.

### (d) Análise de sensibilidade

A seguir é apresentado o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, elaborados de acordo com a instrução CVM nº 475/2008, a fim de demonstrar os saldos dos principais passivos financeiros, calculados à uma taxa projetada até a data da liquidação final de cada contrato, convertidos a valor de mercado (Cenário I), com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

## Notas Explicativas

Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da Companhia, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes. Tais valores quando de sua liquidação poderão ser diferentes dos demonstrados acima, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

Instrumentos Financeiros	Risco	31 de março de 2012		
		Cenário I R\$	Cenário II – 25% R\$	Cenário III – 50% R\$
<b>Passivo Financeiro</b>				
<b>Empréstimos e Financiamentos</b>				
Banco do Brasil, CEF (i)	Alta da TR	1.791.540.579	2.078.687.983	2.446.410.526
Debêntures (ii)	Alta da TJLP	335.810.995	376.284.303	409.245.280
Debêntures (ii)	Alta do CDI	1.304.622.421	1.365.450.511	1.429.453.243
Debêntures (ii)	Alta do IPCA	545.838.958	572.157.869	583.465.485
Debêntures (ii)	Alta da TR	393.033.995	432.004.385	477.803.322
BID, BIRD e Eurobonus (iii)	Alta do US\$	2.140.428.893	2.452.328.866	2.764.228.839
JICA (iv)	Alta do Iene	975.699.694	1.219.624.618	1.463.549.541

(i) Os contratos com o Banco do Brasil e a CEF foram projetados até o vencimento final, às taxas contratuais (TR projetada + spread) e descontados a valor presente pela TR x DI, ambas a taxas foram obtidas da BM&F. Para os cenários II e III foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas taxas de desconto;

(ii) As debêntures foram projetadas até a data de vencimento final (IPCA, DI, TJLP ou TR), descontados a valor presente às taxas de mercado futuro de juros, divulgados pela ANBIMA no mercado secundário, tendo como base a data de 31 de março de 2012 e os títulos da Companhia negociados no mercado nacional. Para os cenários II e III foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas taxas de desconto. Para as debêntures indexadas ao DI foi realizada a análise de sensibilidade a partir do aumento em 25% e 50% da curva DI de mercado.

(iii) Os contratos com o BID, BIRD, foram projetados até o vencimento final em moeda de origem, utilizando as taxas de juros contratadas, sendo descontados a valor presente utilizando a taxa futura da Libor, obtida na Bloomberg. Os Eurobonus foram precificados a valor de mercado pelas cotações divulgadas pela Bloomberg. Todos os valores obtidos foram convertidos em reais à taxa de câmbio de 31 de março de 2012. Para os cenários II e III foram considerados os aumentos de 25% e 50%, respectivamente, nas taxas de câmbio;

(iv) Os contratos com o JICA, foram projetados até o vencimento final em moeda de origem, utilizando as taxas de juros contratadas e descontados a valor presente, utilizando à taxa futura da Tibor, obtida na Bloomberg. Os valores obtidos foram convertidos em reais utilizando a taxa de câmbio de 31 de março de 2012. Para os cenários II e III foram considerados os aumentos de 25% e 50%, respectivamente, nas taxas de câmbio.

(e) Qualidade dos créditos dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou sujeitos à provisão para deterioração pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das contrapartes. Para a qualidade de crédito de contrapartes que são instituições financeiras, como depósitos e aplicações financeiras, a Companhia considera o menor rating da contraparte divulgada pelas três principais agências internacionais de rating (Moody's, Fitch e S&P), conforme política interna de gerenciamento de riscos de mercado:

**Notas Explicativas**

	<b>CONTROLADORA</b>	
	<u>31 de março de 2012</u>	<u>31 de dezembro de 2011</u>
Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo		
brAAA	18.544	38.058
brAA+	1.991.591	2.102.304
Outros (*)	1.237	1.717
	<u>2.011.372</u>	<u>2.142.079</u>

(\*) Foram incluídas nesta categoria contas correntes e fundos de investimento em bancos que não possuem avaliação pelas três agências de rating utilizadas pela Companhia.

Apresentamos a seguir um quadro com a avaliação de rating das instituições financeiras contrapartes, com as quais a Companhia realizou transações durante o período:

<b><u>Contraparte</u></b>	<b><u>Fitch</u></b>	<b><u>Moody's</u></b>	<b><u>Standard Poor's</u></b>
Banco do Brasil S.A.	AA+(bra)	Aaa.br	brAAA
Banco Santander Brasil S.A.	AAA (bra)	Aaa.br	brAAA
Caixa Econômica Federal	AA+ (bra)	Aaa.br	-
Banco Bradesco S.A.	AAA (bra)	Aaa.br	brAAA
Itaú Unibanco Holding S.A.	AAA (bra)	Aaa.br	AAABr

### 3.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial da controladora, com a dívida líquida.

	<b>CONTROLADORA</b>	
	<u>31 de março de 2012</u>	<u>31 de dezembro de 2011</u>
Total de empréstimos e financiamentos	8.116.851	8.423.332
Menos: caixa e equivalentes de caixa	<u>(2.011.372)</u>	<u>(2.142.079)</u>
Dívida líquida	6.105.479	6.281.253
Total do capital próprio	<u>11.037.809</u>	<u>10.545.896</u>
Capital total	<u>17.143.288</u>	<u>16.827.149</u>
Índice de alavancagem	<u>36%</u>	<u>37%</u>

## Notas Explicativas

	<b>CONSOLIDADO</b>	
	<b>31 de março de 2012</b>	<b>31 de dezembro de 2011</b>
Total de empréstimos e financiamentos	8.295.285	8.596.295
Menos: caixa e equivalentes de caixa	<u>(2.019.264)</u>	<u>(2.149.989)</u>
Dívida líquida	6.276.021	6.446.306
Total do capital próprio	<u>11.037.809</u>	<u>10.545.896</u>
Capital total	<u>17.313.830</u>	<u>16.992.202</u>
Índice de alavancagem	<u>36%</u>	<u>37%</u>

Em 31 de março de 2012, o índice de alavancagem da Companhia diminuiu para 36,0, comparado com 37,0 em 31 de dezembro de 2011, devido ao aumento no capital próprio decorrente do lucro apurado no trimestre.

### 3.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), esteja próxima de seus valores justos.

A mensuração do valor justo foi de acordo com a seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja direta, como preços ou indiretamente, derivados dos preços (nível 2).
- Inserções para o ativo ou passivo que não se baseiam em dados adotados pelo mercado, ou seja, inserções não observáveis (nível 3).

O único instrumento financeiro avaliado a valor justo mantido pela Companhia é representado por investimentos de curto prazo em certificados de depósitos bancários (CDB), classificados como equivalente de caixa, nos montantes de R\$ 1.956.664 e R\$ 2.027.285 em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 (controladora) e de R\$ 1.964.356 e R\$ 2.031.122 em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro 2011 (consolidado), respectivamente. Estes investimentos são ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, mensurados conforme nível 2.

### 3.4 Instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, e empréstimos e financiamentos como descrito abaixo.

Os valores justos estimados dos instrumentos financeiros são os seguintes:

**Notas Explicativas**

	<b>CONTROLADORA</b>			
	<b>31 de março de 2012</b>		<b>31 de dezembro de 2011</b>	
	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	2.011.372	2.011.372	2.142.079	2.142.079
Caixa restrito	84.998	84.998	99.729	99.729
Contas a receber de clientes, líquido	1.430.070	1.430.070	1.405.728	1.405.728
Saldos com partes relacionadas, líquido	338.972	338.972	355.621	355.621
Depósitos judiciais	50.445	50.445	54.178	54.178
<b>Passivos financeiros</b>				
Empréstimos e financiamentos	8.116.851	8.070.149	8.423.332	8.368.632
Empreiteiros e fornecedores	194.867	194.867	244.658	244.658

	<b>CONSOLIDADO</b>			
	<b>31 de março de 2012</b>		<b>31 de dezembro de 2011</b>	
	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	2.019.264	2.019.264	2.149.989	2.149.989
Caixa restrito	84.998	84.998	99.729	99.729
Contas a receber de clientes, líquido	1.430.726	1.430.726	1.406.372	1.406.372
Saldos com partes relacionadas, líquido	338.972	338.972	355.621	355.621
Depósitos judiciais	50.445	50.445	54.178	54.178
<b>Passivos financeiros</b>				
Empréstimos e financiamentos	8.295.285	8.206.379	8.596.295	8.500.515
Empreiteiros e fornecedores	207.118	207.118	255.557	255.557

Para a obtenção dos valores justos dos empréstimos e financiamentos, foram adotados os seguintes critérios:

- (i) Os contratos com o Banco do Brasil e a CEF foram projetados até o vencimento final, às taxas contratuais (TR projetada + spread) e descontados a valor presente pela  $TR \times DI$ , ambas a taxas foram obtidas da BM&F.
- (ii) As debêntures foram projetadas até a data de vencimento final (IPCA, DI, TJLP ou TR), descontados a valor presente às taxas de mercado futuro de juros, divulgados pela ANBIMA no mercado secundário, tendo como base a data de 31 de março de 2012 e os títulos da Companhia negociados no mercado nacional.
- (iii) Financiamentos – BNDES são instrumentos considerados pelo valor nominal atualizados até a data de vencimento, que possuem como característica a indexação pela TJLP, que é uma modalidade específica, não sendo comparada a nenhuma outra taxa de mercado. Sendo assim, a Companhia optou por divulgar como valor de mercado o montante contabilizado em 31 de março de 2012.

## Notas Explicativas

- (iv) Os outros financiamentos em moeda nacional são considerados pelo valor nominal atualizados até a data de vencimento, descontados a valor presente às taxas de mercado futuro de juros. As taxas futuras utilizadas foram obtidas no site da BM&F Bovespa.
- (v) Os contratos com o BID, BIRD, foram projetados até o vencimento final em moeda de origem, utilizando as taxas de juros contratadas, sendo descontados a valor presente utilizando a taxa futura da Libor, obtida na Bloomberg. Os contratos de Eurobonus foram precificados a valor de mercado pela cotação de mercado divulgada pela Bloomberg. Todos os valores obtidos foram convertidos em reais à taxa de câmbio de 31 de março de 2012.
- (vi) Os contratos com o JICA foram projetados até o vencimento final em moeda de origem, utilizando as taxas de juros contratadas e descontados a valor presente, utilizando a taxa futura da Tibor, obtida na Bloomberg. Os valores obtidos foram convertidos em reais utilizando a taxa de câmbio de 31 de março de 2012.
- (vii) **Arrendamento mercantil são instrumentos considerados pelo valor nominal atualizados até a data de vencimento, que possuem como característica a indexação por uma taxa pré-fixada em contrato, que é uma modalidade específica, não sendo comparada a nenhuma outra taxa de mercado. Sendo assim, a Companhia divulga como valor de mercado o montante contabilizado em 31 de março de 2012.**

#### 4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias. Não houve alteração em relação ao apresentado nas Demonstrações Financeiras Anuais em 31 de dezembro de 2011, conforme nota 5.

#### 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011
Caixa e bancos	54.708	114.794	54.908	118.867
Equivalentes de caixa	<u>1.956.664</u>	<u>2.027.285</u>	<u>1.964.356</u>	<u>2.031.122</u>
	2.011.372	2.142.079	2.019.264	2.149.989

A variação ocorrida no período janeiro a março de 2012 é decorrente do fluxo de caixa operacional das atividades da Companhia.

Em março a remuneração média das aplicações financeiras equivale a 100,19% do CDI.

#### 6. CAIXA RESTRITO

Em 31 de março de 2012, a Companhia registrava caixa restrito, no ativo circulante, no valor de R\$ 84.998, sendo o montante de R\$ 5.003 referente a caução BNDES e o montante de R\$ 79.531 referente a arrecadação

## Notas Explicativas

proveniente da prestação de serviços a entidades ligadas à Prefeitura do Município de São Paulo, líquidos de impostos. Esses recursos devem ser reinvestidos no sistema de água e esgoto da cidade de São Paulo.

A variação ocorrida no período de janeiro a março de 2012 quando comparada com as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2011, refere-se, principalmente, a diminuição no saldo da conta da Prefeitura Municipal de São Paulo.

### 7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

#### (a) Saldos patrimoniais

	CONTROLADORA	
	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011
Particulares:		
Clientes de rol comum e rol especial (i) (ii)	900.621	885.203
Acordos (iii)	254.995	249.929
	<u>1.155.616</u>	<u>1.135.132</u>
Entidades governamentais:		
Municipais	608.230	578.463
Federais	3.023	2.517
Acordos (iii)	178.279	182.381
	<u>789.532</u>	<u>763.361</u>
Por atacado – Prefeituras Municipais: (iv)		
Guarulhos	529.007	513.218
Mauá	251.302	244.204
Mogi das Cruzes	14.936	14.864
Santo André	564.854	547.764
São Caetano do Sul	3.741	1.955
Diadema	169.059	164.337
	<u>1.532.899</u>	<u>1.486.342</u>
Total por atacado – Prefeituras Municipais		
Fornecimento a faturar	470.682	457.321
Subtotal	3.948.729	3.842.156
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.518.659)	(2.436.428)
Total	<u>1.430.070</u>	<u>1.405.728</u>
Circulante	1.107.220	1.072.015
Não circulante (v)	322.850	333.713

No período de janeiro a março de 2012, não houve alterações relevantes em relação às operações apresentadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011.

## Notas Explicativas

O saldo consolidado totaliza o montante de R\$ 1.430.751 (dezembro/2011 – R\$ 1.406.372), sendo a diferença de R\$ 681 (dezembro/2011 – R\$ 644), em relação ao saldo da controladora, referente ao contas a receber das investidas, Águas de Andradina R\$ 358, Saneagua Mairinque R\$ 175 e Águas de Castilho R\$ 148.

(i) Rol comum – residenciais, pequenas e médias empresas.

(ii) Rol especial – grandes consumidores, comércio, indústrias, condomínios e consumidores com características especiais de faturamento (esgotos industriais, poços, etc.).

(iii) Acordos – parcelamentos de débitos vencidos, acrescidos de atualização monetária e juros.

(iv) Por atacado - prefeituras municipais - O saldo de contas a receber de clientes por atacado refere-se à venda de água tratada aos municípios, que são responsáveis pela distribuição, faturamento e arrecadação junto aos consumidores finais. Alguns desses municípios contestam judicialmente as tarifas cobradas pela SABESP e não pagam os valores em litígio. Os valores vencidos que estão substancialmente incluídos na provisão para créditos de liquidação duvidosa estão classificados no ativo não circulante.

	<u>31 de março de 2012</u>	<u>31 de dezembro de 2011</u>
Saldo no início do período	1.486.342	1.343.445
Faturamento por serviços prestados	95.931	340.068
Recebimentos – serviços do exercício corrente	(12.204)	(167.024)
Recebimentos – serviços dos exercícios anteriores	<u>(37.170)</u>	<u>(30.147)</u>
Saldo no final do período	<u>1.532.899</u>	<u>1.486.342</u>
Circulante	36.671	26.485
Não circulante	1.496.228	1.459.857

(v) A parcela do não circulante consiste de contas a receber vencidas e renegociadas junto a clientes e valores vencidos de fornecimento por atacado a prefeituras municipais, e está registrada líquida da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

(b) Sumário de contas a receber de clientes por vencimento

	<u>31 de março de 2012</u>	<u>31 de dezembro de 2011</u>
Valores a vencer	1.153.034	1.129.337
Vencidos:		
Até 30 dias	191.490	184.958
Entre 31 e 60 dias	91.703	79.720
Entre 61 e 90 dias	53.398	50.020
Entre 91 e 120 dias	42.902	39.686
Entre 121 e 180 dias	75.595	70.037
Entre 181 e 360 dias	134.678	137.039
Acima de 360 dias	<u>2.205.929</u>	<u>2.151.359</u>
Total vencidos	<u>2.795.695</u>	<u>2.712.819</u>
Total	<u>3.948.729</u>	<u>3.842.156</u>

**Notas Explicativas**

(c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

	<u>1º tri/12</u>	<u>1º tri/11</u>
Saldo anterior	2.436.428	2.219.420
De particular/entidades públicas	23.385	15.330
De fornecimento por atacado	<u>58.846</u>	<u>50.146</u>
Adições no período	<u>82.231</u>	<u>65.476</u>
Saldo	<u><u>2.518.659</u></u>	<u><u>2.284.896</u></u>
Circulante	1.171.918	1.104.315
Não circulante	1.346.741	1.180.581

A Companhia contabilizou prováveis perdas de créditos no contas a receber apurados no primeiro trimestre de 2012, no montante de R\$ 38.762 (em 31 de março de 2011 – R\$ 33.137) sendo R\$ 15.377 (líquido de recuperações) baixado do contas a receber (em 31 de março de 2011 – R\$ 17.807) a rubrica “Despesa com vendas” e R\$ 58.846 (em 31 de março de 2011 – R\$ 50.146) deduzido diretamente de receitas referentes a permissionárias, totalizando R\$ 82.231 (em 31 de março de 2011 – R\$ 65.476).

**8. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

A Companhia participa de transações com seu acionista controlador, o Governo do Estado, e empresas/entidades a ele relacionadas.

(a) Contas a receber, juros sobre o capital próprio e receita e despesas com o Governo do Estado de São Paulo

	<u>31 de março de 2012</u>	<u>31 de dezembro de 2011</u>
Contas a receber		
Circulante:		
Serviços de água e esgoto (i)	120.330	116.441
Acordo GESP (iii), (iv) e (v)	31.894	41.360
Provisão para perdas (v)	(12.389)	(12.389)
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão –acordo Gesp (ii) e (vi)	31.887	31.887
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão pagos – fluxo mensal (ii) e (vi)	<u>4.933</u>	<u>8.034</u>
Total do circulante	<u><u>176.655</u></u>	<u><u>185.333</u></u>
Não circulante:		
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão pagos – Acordo GESP (ii) e (vi)	<u>162.317</u>	<u>170.288</u>
Total do não circulante	<u><u>162.317</u></u>	<u><u>170.288</u></u>

**Notas Explicativas**

	<u>31 de março de 2012</u>	<u>31 de dezembro de 2011</u>
Total de recebíveis do acionista	<u>338.972</u>	<u>355.621</u>
Prestação de serviços de água e esgoto	139.835	145.412
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão	<u>199.137</u>	<u>210.209</u>
Total	338.972	355.621
Juros sobre o capital próprio a pagar a partes relacionadas	153.368	153.368
	<u>1º tri/12</u>	<u>1º tri/11</u>
Receita bruta de vendas e serviços prestados		
Venda de água	54.476	48.551
Serviços de esgoto	48.124	43.153
Recebimentos de partes relacionadas	(108.698)	(96.455)
Receitas financeiras	54.839	61.346

No período de janeiro a março de 2012, não houve alterações relevantes em relação às operações apresentadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011.

## (i) Serviços de água e esgoto

A Companhia presta serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos para o Governo do Estado e demais Companhias a ele relacionadas, em termos e condições considerados pela Administração como normais de mercado, exceto quanto à forma de liquidação dos créditos, que poderá ser realizada nas condições mencionadas nos itens (iii), (iv) e (v).

## (ii) Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão pagos

Refere-se a valores de benefícios de complementação de aposentadoria e pensão previstos na Lei Estadual Paulista nº 4.819/58 (“Benefícios”) pagos pela Companhia a ex-empregados ou pensionistas.

Nos termos do Acordo referido em (iii), o GESP reconhece ser responsável pelos encargos decorrentes dos Benefícios, desde que obedecidos os critérios de pagamento estabelecidos pelo Departamento de Despesa de Pessoal do Estado – DDPE, fundados na orientação jurídica fixada pela Consultoria Jurídica da Secretaria da Fazenda e da Procuradoria Geral do Estado – PGE.

Conforme explicitado no item (vi), ao longo da validação pelo Gesp dos valores devidos à Companhia por conta dos Benefícios, surgiram divergências quanto aos critérios de cálculo e de elegibilidade dos Benefícios aplicados pela Companhia.

Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, 2.469 e 2.492 aposentados, respectivamente, receberam complementos de aposentadoria, sendo que nos períodos findos em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a Companhia pagou R\$ 28.556 e R\$ 124.421, respectivamente. Havia 12 empregados ativos em 31 de

## Notas Explicativas

março de 2012 que farão jus a esses benefícios por ocasião de sua aposentadoria, em comparação aos 14 em 31 de dezembro de 2011.

Em janeiro de 2004, os pagamentos de complementação de aposentadoria e pensão, foram transferidos para a Secretaria da Fazenda, e seriam feitos de acordo com os critérios de cálculos definidos pela PGE. Por força de decisão judicial, a responsabilidade pelos pagamentos retornou à SABESP, na forma original.

### (iii) Acordo GESP

Em 11 de dezembro de 2001, a Companhia, o GESP (por intermédio da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, atualmente Secretaria da Fazenda) e o Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE, com a interveniência da Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras, atualmente Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, celebraram o Termo de Reconhecimento e Consolidação de Obrigações, Compromisso de Pagamento e Outras Avenças (“Acordo GESP”), com o intuito de equacionar as pendências existentes entre o GESP e a Companhia relacionadas aos serviços de água e esgoto quanto aos Benefícios.

Tendo em vista a importância estratégica dos reservatórios de Taiacupeba, Jundiaí, Biritiba, Paraitinga e Ponte Nova (“Reservatórios”), para a garantia da manutenção do volume de água do Alto Tietê, a Companhia acordou recebê-los como parte do reembolso referente aos Benefícios. Os Reservatórios lhe seriam transferidos pelo DAEE, que, por sua vez, se sub-rogaria em crédito de mesmo valor perante o GESP. No entanto, o Ministério Público do Estado de São Paulo questionou a validade jurídica desse acordo, cujo argumento principal é a ausência de autorização legislativa específica para a alienação de patrimônio do DAEE. Os advogados da Companhia avaliam o risco de perda desse processo como provável, caso não se obtenha a aludida autorização legislativa, o que impediria a transferência dos respectivos reservatórios como amortização parcial do saldo a receber.

### (iv) Primeiro Aditamento ao Acordo GESP

Em 22 de março de 2004, a Companhia e o Governo do Estado aditaram os termos do Acordo GESP original, (1) consolidando e reconhecendo valores devidos pelo Governo do Estado por serviços prestados de fornecimento de água e coleta de esgoto, corrigidos monetariamente, até fevereiro de 2004; (2) formalmente autorizando a compensação de valores devidos pelo Governo do Estado com juros sobre o capital próprio declarados pela Companhia e qualquer outro débito existente junto ao Governo do Estado em 31 de dezembro de 2003, corrigido monetariamente até fevereiro de 2004; e (3) definindo as condições de pagamento das obrigações remanescentes do Governo do Estado pelo recebimento da prestação de serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto.

### (v) Segundo Aditamento ao Acordo GESP

Em 28 de dezembro de 2007, a Companhia e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Fazenda assinaram o segundo aditamento aos termos do acordo GESP original concordando com o parcelamento do saldo remanescente do Primeiro Aditamento, no valor de R\$133.709 em 30 de novembro de 2007, a ser pago em 60 parcelas iguais, mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira em 2 de janeiro de 2008. O valor das parcelas é atualizado monetariamente de acordo com a variação do IPCA-IBGE, acrescida de juros simples de 0,5% ao mês.

O Estado e a SABESP concordam em retomar o cumprimento de suas obrigações recíprocas, pontualmente, sob novas premissas: (a) implementação de sistema de gerenciamento eletrônico de contas para facilitar e agilizar o acompanhamento dos processos de pagamento e os procedimentos de gestão orçamentária; (b) estruturação do Programa de Uso Racional da Água – PURA para racionalizar o consumo de água e o valor das contas de água e esgoto de responsabilidade do Estado; (c) estabelecimento, pelo Estado, de critérios na

## Notas Explicativas

orçamentação de forma a evitar o remanejamento dos valores na rubrica específica de contas de água e esgotos a partir de 2008; (d) possibilidade de registro de órgãos e entidades estaduais em sistema ou cadastro de inadimplência; (e) possibilidade de interrupção do fornecimento de água aos órgãos e entidades estaduais em caso de inadimplemento do pagamento das contas de água e esgotos.

### (vi) Terceiro Aditamento ao Acordo GESP

O GESP, a SABESP e o DAEE, celebraram em 17 de novembro de 2008, o Terceiro Aditamento ao Acordo GESP, por meio do qual o GESP confessou dever à SABESP o valor de R\$ 915.251, atualizados monetariamente até setembro de 2008 pelo IPCA-IBGE, correspondente ao Valor Incontroverso, apurado pela FIPECAFI. A SABESP aceitou, provisoriamente, os Reservatórios (ver item (iii) acima) como parte do pagamento do Valor Incontroverso e ofereceu ao GESP quitação provisória, constituindo um crédito financeiro de R\$ 696.283, correspondente ao valor dos Reservatórios no sistema Alto Tietê. A Companhia não reconheceu o valor a receber de R\$ 696.283 referente aos Reservatórios, tendo em vista a incerteza relacionada à transferência dos mesmos pelo Governo do Estado. A quitação definitiva apenas ocorrerá com a efetiva transferência de propriedade no competente cartório de registro de imóveis. O saldo devedor restante de R\$218.967 está sendo pago em 114 parcelas mensais e consecutivas, no valor de R\$1.920 cada, atualizadas anualmente pelo IPCA/FIPE acrescidas de juros de 0,5% a.m., vencendo-se a primeira em 25 de novembro de 2008.

A SABESP e o Governo do Estado de São Paulo estão trabalhando em conjunto para obter autorização legislativa a fim de viabilizar a transferência dos Reservatórios à SABESP, superando assim a incerteza jurídica causada pela ação Civil Pública que contesta a ausência de legislação específica para a transferência de propriedade dos reservatórios.

O Terceiro Aditamento prevê também a regularização do fluxo mensal de benefícios. Enquanto a SABESP estiver responsável pelos pagamentos mensais, o Estado deverá reembolsar a Companhia com base nos critérios idênticos aos aplicados na apuração do Valor Incontroverso. Não havendo mais decisão judicial impeditiva, o Estado assumirá diretamente o fluxo de pagamento mensal da parcela tida por incontroversa.

### (vii) Valor Controverso dos Benefícios

Como antes mencionado, em 17 de novembro de 2008 a Companhia e o Estado assinaram o Terceiro Aditivo ao Acordo GESP, ocasião em que foram quantificados os valores denominados controversos e incontroversos. Nesse aditivo, ficaram estabelecidos esforços para equacionar o que foi denominado Valor Controverso dos Benefícios. De acordo com a cláusula quarta desse instrumento, o Valor Controverso é representado pela diferença entre o Valor Incontroverso e o valor efetivamente pago pela Companhia a título de Benefícios de complementação de aposentadoria e pensões previstos na Lei 4.819/58, de responsabilidade originária do Estado, mas pagos pela SABESP por força de decisão judicial.

Ao celebrar o Terceiro Aditamento, ficou prevista uma reapreciação por parte da PGE das divergências que deram causa ao valor controverso dos benefícios previstos na Lei 4.819/58. Essa expectativa estava à época baseada na disposição da PGE reapreciar a questão e também no entendimento do direito da Companhia ao ressarcimento, baseado inclusive em pareceres técnicos jurídicos externos.

Contudo, os novos pareceres emitidos pela PGE e recebidos em 4 e 22 de setembro de 2009 e em 4 de janeiro de 2010, negaram o reembolso da parcela anteriormente definida como valor controverso.

Embora as negociações com o Estado ainda sejam mantidas, não é mais possível assegurar que a Companhia recuperará, de forma inteiramente amigável, os créditos relativos ao Valor Controverso.

## Notas Explicativas

Dando continuidade às ações visando recuperar o crédito que a Administração entende como devido pelo Governo do Estado, relativo às divergências acerca do reembolso dos benefícios de complementação de aposentadoria e pensões pagas pela Companhia, a SABESP: (i) endereçou, em 24 de março de 2010, mensagem ao Acionista Controlador, encaminhando ofício deliberado pela Diretoria Colegiada, propondo ação arbitral de comum acordo, a ser encaminhada à Câmara Arbitral da Bovespa; (ii) em junho de 2010 encaminhou à Secretaria da Fazenda, proposta de acordo visando o equacionamento das referidas pendências. Esta proposta não obteve sucesso; (iii) em 9 de novembro de 2010, protocolou ação judicial contra o Estado de São Paulo, para pleitear o ressarcimento integral dos valores pagos a título de benefícios previstos na Lei Estadual nº 4819/58, o que permitirá equacionar, em definitivo, o aludido valor controverso em discussão entre a Companhia e o GESP. A despeito da ação judicial, a Companhia insistirá na obtenção de acordo durante o andamento da ação judicial, por entender que um acordo razoável é melhor para a empresa e seus acionistas do que aguardar o fim da demanda judicial.

A administração da Companhia optou por não reconhecer tais valores, em razão da incerteza que envolve o reembolso pelo Estado. Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, os valores não registrados no ativo, referentes à complementação de aposentadoria e pensão pagos totalizavam R\$ 1.303.608 e R\$ 1.290.663, respectivamente, incluindo o valor de R\$ 696.283 referentes à transferência dos reservatórios no sistema Alto Tietê. A Companhia também reconheceu a obrigação atuarial referente à complementação de aposentadoria e pensão mantida com os funcionários e pensionistas do Plano G0. Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, os valores correspondentes a essa obrigação atuarial eram de R\$ 1.525.536 e R\$ 1.512.078, respectivamente. Para mais informações sobre as obrigações de complementação de aposentadoria e pensão, ver Nota 17.

### (b) Acordos para utilização de Reservatórios

A Companhia utiliza em suas operações os reservatórios de Guarapiranga e Billings, de propriedade de outra companhia controlada pelo Governo do Estado. Caso esses reservatórios não estivessem disponíveis para uso da Companhia, poderia haver necessidade de captar água em localidades mais distantes. A Companhia não paga qualquer taxa pela utilização desses reservatórios, mas é responsável por sua manutenção e seus custos operacionais.

### (c) Contratos com Tarifa reduzida para Entidades Públicas Estaduais e Municipais que aderirem ao Programa de Uso Racional de água (PURA).

A Companhia tem contratos assinados com entidades públicas ligadas ao Governo do Estado e aos municípios operados que são beneficiados com uma redução de 25% na tarifa dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos, quando adimplentes. Os contratos preveem a implantação do programa de uso racional de água, que considera a redução no consumo de água.

### (d) Garantias

O Governo do Estado concede garantias para alguns empréstimos e financiamentos da Companhia e não cobra qualquer taxa a elas relacionadas.

### (e) Contrato de cessão de pessoal entre entidades ligadas ao GESP

A Companhia possui contratos de cessão de funcionários com entidades ligadas ao Governo do Estado de São Paulo, onde os gastos são integralmente repassados e reembolsados monetariamente. Em 31 de março de 2012, os gastos com os funcionários cedidos pela SABESP a outras entidades estaduais somaram R\$ 2.750 (março/2011 - R\$ 1.596).

## Notas Explicativas

### (f) Serviços contratados de entidades ligadas ao GESP

Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a SABESP possuía em aberto o montante de R\$ 20.681 e R\$ 12.062 a pagar, respectivamente, referente a serviços prestados por entidades ligadas ao Governo do Estado de São Paulo. Dentre eles destacamos os serviços de fornecimento de energia elétrica pela Companhia Energética de São Paulo – CESP, representando 93% do montante em 31 de março de 2012.

### (g) Ativos não operacionais

A Companhia possuía, em 31 de março de 2012, o valor de R\$ 21.531 (em 31 de dezembro de 2011 – R\$ 21.531) relativos, principalmente, a terrenos cedidos em comodato às Associações, Entidades Assistenciais, Organizações não Governamentais e ao DAEE – Departamento de Águas e Energia Elétrica, entre outros. Os terrenos cedidos ao DAEE somam R\$ 969.

### (h) SABESPREV

A Companhia patrocina plano de benefício definido operado e administrado pela Fundação Sabesp de Seguridade Social – (“SABESPREV”). O compromisso atuarial líquido, reconhecido até 31 de março de 2012 é de R\$ 548.021 (dezembro/2011 – R\$ 538.619).

### (i) Remuneração da Administração

Remuneração:

A política de remuneração dos administradores é estabelecida de acordo com diretrizes do Governo do Estado de São Paulo, o CODEC (Conselho de Defesa dos Capitais do Estado), e é baseada no desempenho, competitividade de mercado, ou outros indicadores relacionados ao negócio da Companhia e está sujeita a aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária.

A remuneração dos executivos está limitada a remuneração do Governador do Estado. A remuneração do Conselho de Administração corresponde a 30% da remuneração dos Diretores, condicionada à participação de no mínimo uma reunião mensal.

O objetivo da política de remuneração é estabelecer um modelo de gestão privada, com o fim de incentivar a manutenção em seus quadros e recrutar profissionais dotados de competência, experiência e motivação, considerando-se o grau de eficiência atualmente exigido pela Companhia.

Além da remuneração mensal, os membros do Conselho de Administração e a Diretoria Colegiada recebem:

Bônus:

Para fins de remuneração dos administradores das companhias em que o Estado é o acionista controlador, como política motivacional, desde que a companhia efetivamente apure lucro trimestral, semestral e anual, e distribua dividendos obrigatórios aos acionistas, mesmo que na forma de juros sobre o capital próprio. Bônus anuais não podem exceder seis vezes a remuneração mensal dos administradores, nem 10% dos juros sobre capital próprio pagos pela companhia, prevalecendo o que for menor.

Gratificação anual:

Equivalente a um honorário mensal, calculada sobre uma base pro rata temporis, no mês de dezembro de cada ano.

## Notas Explicativas

A finalidade dessa gratificação é estabelecer uma similaridade com o décimo terceiro salário do regime trabalhista dos empregados da Companhia, uma vez que a relação dos administradores com a Companhia é de natureza estatutária.

Benefícios pago apenas aos Diretores Estatutários – vale refeição, cesta básica, assistência médica, descanso anual remunerado por meio de licença remunerada de 30 dias e pagamento de um prêmio equivalente a um terço dos honorários mensais.

Os gastos relacionados a remuneração dos membros do Conselho de Administração e Diretores foi de R\$ 862 e R\$ 591 para os períodos de 31 de março de 2012 e 2011, respectivamente, e refere-se a benefícios de curto prazo. Uma quantia adicional de R\$ 274, referente ao programa de bônus, foi registrado no período de janeiro a março de 2012 (março/2011 - R\$ 198).

(j) Contrato de mútuo mediante abertura de crédito

A Companhia possui participação em algumas Sociedades de Propósito Específico (SPE), onde não possui maioria das ações, porém possui voto qualificado e poder de veto em algumas matérias. Desta forma, estas SPE's são consideradas para fins contábeis como controladas em conjunto, e são consolidadas proporcionalmente conforme CPC 19.

Estas SPE's foram constituídas para a execução de projetos específicos, e após sua conclusão serão extintas.

Em algumas SPE's o capital social aportado pelos acionistas não é suficiente para gerir suas operações, desta maneira, as SPE's necessitam de capital de terceiros. Muitas vezes o capital de terceiros não é obtido com rapidez, passando pela burocracia e morosidade das instituições financeiras.

Enquanto as SPE's não obtêm o empréstimo junto aos bancos, os seus acionistas fazem uma operação de mútuo para que as SPE's continuem suas operações, até que o empréstimo seja liberado e liquidado o mútuo com as acionistas.

Em 19 de janeiro de 2012, a Companhia formalizou contrato de mútuo mediante abertura de crédito com as empresas Águas de Andradina S.A. e Águas de Castilho S.A., com as seguintes características:

<u>SPE</u>	<u>Limite de crédito</u>	<u>Valor desembolsado</u>	<u>Valor a receber em 31 de março de 2012</u>	<u>Taxa de Juros</u>	<u>Vencimento</u>
Águas de Andradina	1.050	936	948	CDI + 1,16 % a.m.	17/07/2012
Águas de Castilho	480	279	283	CDI + 1,16% a.m.	17/07/2012

Em 31 de março de 2012, o resultado financeiro da Companhia foi impactado em R\$ 16 mil, referente aos juros sobre os mútuos concedidos às investidas.

### 9. INDENIZAÇÕES A RECEBER

Indenizações a receber é um ativo não circulante representando valores a receber do município de Diadema, como indenização pela retirada unilateral da concessão de serviço de água e esgoto da Companhia em 1995. Em 31 de março de 2012 e dezembro de 2011, esse ativo importava em R\$ 60.295. Em 31 de dezembro de

## Notas Explicativas

2010 o saldo de indenizações a receber era de R\$ 146.213, que representavam os municípios de Diadema no valor de R\$ 60.295 e Mauá no valor de R\$ 85.918.

A Companhia investiu na construção de sistemas de água e esgoto nos municípios de Diadema e Mauá para atender aos seus compromissos de serviço de concessão. Pela rescisão unilateral das concessões de Diadema e Mauá, os municípios assumiram a responsabilidade de fornecer serviços de água e esgoto naquelas áreas. Naquele momento, a Companhia reclassificou os saldos do imobilizado relacionados aos ativos utilizados naqueles municípios para o ativo não circulante (indenizações a receber).

O valor residual dos bens do ativo imobilizado relacionados ao município de Diadema, reclassificados em dezembro de 1996 foi de R\$ 75.231, e o saldo de indenizações a receber do município é de R\$ 60.295 em 31 de março de 2012.

A SABESP deu início a demandas judiciais para cobrar os valores devidos pelos municípios. Com relação a Diadema, foi proposta execução de acordo celebrado com a Prefeitura de Diadema e a Companhia de Saneamento de Diadema – Saned para o pagamento da indenização, tendo sido apresentado embargos à execução pela Prefeitura de Diadema. Em julho de 2008, foi autorizada a realização de penhora de dinheiro em contas e aplicações financeiras da Saned (penhora on line) em até 10% do valor atualizado do débito, tendo sido bloqueados e levantados R\$ 2.919 em 3 de março de 2009. Posteriormente, o Tribunal de Justiça determinou que a penhora fosse feita mediante depósito semanal pela Saned do valor correspondente a 20% de tudo o que receber em suas contas e aplicações financeiras. A Saned interpôs recursos contra essa decisão, pendendo atualmente de julgamento agravo de instrumento dirigido ao Supremo Tribunal Federal.

Nos embargos à execução opostos pelo Município de Diadema foi proferida sentença, em outubro de 2009, reconhecendo a existência e exigibilidade do débito, e afirmando que a execução contra o Município deve ser feita mediante precatório. A SABESP e a Prefeitura recorreram dessa sentença. A SABESP obteve em setembro de 2011 decisão favorável do Órgão Especial do Tribunal de Justiça, afirmando ser constitucional a lei municipal que possibilitou o bloqueio dos repasses de ICMS feitos pelo Estado ao Município (em vez de pagamento apenas por precatório).

Em 29 de dezembro de 2008, a Saned e o município de Diadema celebraram com o Estado de São Paulo e a SABESP, um Protocolo de Intenção com o objetivo de elaborar estudos e conduzir negociações para instruir decisões de Diadema e da SABESP, visando à prestação exclusiva de serviços de água e esgoto no município de Diadema.

As partes concordam que a busca de uma solução negociada para os conflitos hoje existentes entre as empresas é imprescindível para que o serviço público de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos tenha seu adequado desenvolvimento em Diadema.

Em janeiro de 2009 as partes apresentaram petição conjunta requerendo a suspensão das novas penhoras, pelo prazo de três meses, para tentar viabilizar um acordo. A suspensão foi deferida pelo Juízo da Fazenda Pública e sucessivamente renovada, tendo a última renovação ocorrido em março de 2012, em face das tratativas de acordo.

Contra o acordo que lastreia a execução movida contra o Município de Diadema e a Saned pende ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, em que se aguarda desde 2004 o início de perícia de engenharia e contábil. Após o início das tratativas com Diadema, o Ministério Público requereu a extinção da ação civil pública.

Com relação à Mauá, foi proferida decisão em primeira instância determinando que o Município pague o valor de R\$ 153,2 milhões como compensação pelos investimentos efetuados no município pela SABESP e

## Notas Explicativas

pelos lucros cessantes. Essa sentença foi confirmada pelo Supremo Tribunal Federal, em decisão já transitada em julgado, e a SABESP está adotando as medidas para dar início à execução.

O valor residual dos bens do ativo imobilizado relacionados ao município de Mauá, reclassificados em dezembro de 1999, foi de R\$ 103.763, e o saldo de indenizações a receber do município era de R\$ 85.918 em 31 de dezembro de 2010. As decisões judiciais têm sido favoráveis a Companhia e o recebimento dos valores devidos pelo município, deverão ocorrer na forma de precatórios, os quais serão reconhecidos quando do efetivo recebimento, tendo em vista as incertezas relacionadas a quitação dos montantes envolvidos e o histórico relacionado a priorização dos pagamentos dos precatórios do município de Mauá. Em dezembro de 2011, foi registrada a provisão contábil correspondente ao valor total do crédito detido pela Companhia, sendo que as demandas judiciais continuam em andamento.

Baseada no parecer da assessoria jurídica, a Administração continua a afirmar que a Companhia possui direito legal a receber os valores correspondentes à indenização e continua a monitorar a situação dos processos legais.

### 10. IMOBILIZADO

	CONTROLADORA					
	31 de março de 2012			31 de dezembro de 2011		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	109.303	-	109.303	109.303	-	109.303
Edificações	39.574	(30.620)	8.954	39.574	(30.142)	9.432
Equipamentos	161.584	(102.116)	59.468	160.833	(100.616)	60.217
Equipamentos de transporte	24.162	(19.710)	4.452	21.023	(19.532)	1.491
Móveis, utensílios	27.725	(27.566)	159	27.690	(27.593)	97
Outros	2.758	(1.766)	992	2.758	(1.713)	1.045
	<u>365.106</u>	<u>(181.778)</u>	<u>183.328</u>	<u>361.181</u>	<u>(179.596)</u>	<u>181.585</u>

  

	CONSOLIDADO					
	31 de março de 2012			31 de dezembro de 2011		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	109.303	-	109.303	109.303	-	109.303
Edificações	39.574	(30.620)	8.954	39.574	(30.142)	9.432
Equipamentos	161.696	(102.131)	59.565	160.915	(100.626)	60.289
Equipamentos de transporte	24.210	(19.730)	4.480	21.071	(19.549)	1.522
Móveis, utensílios	27.847	(27.577)	270	27.810	(27.601)	209
Outros	2.759	(1.766)	993	2.758	(1.713)	1.045
Obras em andamento	186.609	-	186.609	174.668	-	174.668
	<u>551.998</u>	<u>(181.824)</u>	<u>370.174</u>	<u>536.099</u>	<u>(179.631)</u>	<u>356.468</u>

**Notas Explicativas**

A movimentação do imobilizado é a seguinte:

	CONTROLADORA				31 de março de 2012
	31 de dezembro de 2011	Adições	Baixas e alienações	Depreciação	
Terrenos	109.303	-	-	-	109.303
Edificações	9.432	-	-	(478)	8.954
Equipamentos	60.217	3.823	(16)	(4.556)	59.468
Equipamentos de transporte	1.491	3.173	-	(212)	4.452
Móveis, utensílios	97	88	(19)	(7)	159
Outros	1.045	-	-	(53)	992
	<u>181.585</u>	<u>7.084</u>	<u>(35)</u>	<u>(5.306)</u>	<u>183.328</u>

	CONSOLIDADO				31 de março de 2012
	31 de dezembro de 2011	Adições	Baixas e alienações	Depreciação	
Terrenos	109.303	-	-	-	109.303
Edificações	9.432	-	-	(478)	8.954
Equipamentos	60.289	3.853	(16)	(4.561)	59.565
Equipamentos de transporte	1.522	3.173	-	(215)	4.480
Móveis, utensílios	209	90	(19)	(10)	270
Outros	1.045	1	-	(53)	993
Obras em andamento	174.668	11.941	-	-	186.609
	<u>356.468</u>	<u>19.058</u>	<u>(35)</u>	<u>(5.317)</u>	<u>370.174</u>

## (a) Depreciação

As taxas de depreciação são revisadas anualmente. As taxas de depreciação anual são as seguintes: edificações 2%; equipamentos 5%; equipamentos de transportes 10% e móveis e utensílios 6,7%. Os terrenos não são depreciados.

No período findo em 31 de março de 2012, não houve alterações relevantes em relação as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011, nota 12.

**Notas Explicativas****11. INTANGÍVEL**

	CONTROLADORA					
	31 de março de 2012			31 de dezembro de 2011		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Intangíveis decorrentes de:						
Contratos de concessão valor patrimonial (i)	14.626.792	(2.911.385)	11.715.407	14.388.176	(2.848.783)	11.539.393
Contratos de concessão – valor econômico (ii)	766.277	(230.721)	535.556	762.987	(223.693)	539.294
Contratos de programa (iii)	1.204.638	(53.120)	1.151.518	1.120.104	(49.324)	1.070.780
Contratos de programa – compromissos (iv)	478.984	(42.308)	436.676	473.327	(38.341)	434.986
Contrato de prestação de serviços – São Paulo (v)	7.244.313	(617.661)	6.626.652	7.039.763	(517.288)	6.522.475
Novos negócios (vi)	21.925	(6.193)	15.732	21.400	(4.923)	16.477
Licença de uso de software	52.980	(52.359)	621	52.743	(50.427)	2.316
<b>Total</b>	<b>24.395.909</b>	<b>(3.913.747)</b>	<b>20.482.162</b>	<b>23.858.500</b>	<b>(3.732.779)</b>	<b>20.125.721</b>

	CONSOLIDADO					
	31 de março de 2012			31 de dezembro de 2011		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Intangíveis decorrentes de:						
Contratos de concessão valor patrimonial (i)	14.644.586	(2.911.459)	11.733.127	14.404.168	(2.848.829)	11.555.339
Contratos de concessão – valor econômico (ii)	766.277	(230.721)	535.556	762.987	(223.693)	539.294
Contratos de programa (iii)	1.204.638	(53.120)	1.151.518	1.120.104	(49.324)	1.070.780
Contratos de programa – compromissos (iv)	478.984	(42.308)	436.676	473.327	(38.341)	434.986
Contrato de prestação de serviços – São Paulo (v)	7.244.313	(617.661)	6.626.652	7.039.763	(517.288)	6.522.475
Novos negócios (vi)	21.925	(6.193)	15.732	21.400	(4.923)	16.477
Licença de uso de software	53.006	(52.362)	644	52.755	(50.429)	2.326
<b>Total</b>	<b>24.413.729</b>	<b>(3.913.824)</b>	<b>20.499.905</b>	<b>23.874.504</b>	<b>(3.732.827)</b>	<b>20.141.677</b>

A movimentação no intangível é como segue:

	CONTROLADORA					
	31 de dezembro de 2011	Adições	Reclassificação	Baixas e alienações	Amortização	31 de março de 2012
Intangíveis decorrentes de:						
Contrato de concessão valor patrimonial (i)	11.539.393	241.307	(2.452)	(24)	(62.817)	11.715.407
Contratos de concessão - valor econômico (ii)	539.294	838	2.452	-	(7.028)	535.556
Contratos de programa (iii)	1.070.780	84.547	-	(8)	(3.801)	1.151.518
Contratos de programa – compromissos (iv)	434.986	5.656	-	-	(3.966)	436.676
Contrato de prestação de serviços – São Paulo (v)	6.522.475	205.424	-	(873)	(100.374)	6.626.652
Novos negócios (vi)	16.477	525	-	-	(1.270)	15.732
Licença de Software	2.316	237	-	-	(1.932)	621
<b>Total</b>	<b>20.125.721</b>	<b>538.534</b>	<b>-</b>	<b>(905)</b>	<b>(181.188)</b>	<b>20.482.162</b>

**Notas Explicativas**

	CONSOLIDADO					31 de março de 2012
	31 de dezembro de 2011	Adições	Reclassificação	Baixas e alienações	Amortização	
Intangíveis decorrentes de:						
Contrato de concessão valor patrimonial (i)	11.555.339	243.110	(2.452)	(24)	(62.846)	11.733.127
Contratos de concessão - valor econômico (ii)	539.294	838	2.452	-	(7.028)	535.556
Contratos de programa (iii)	1.070.780	84.547	-	(8)	(3.801)	1.151.518
Contratos de programa – compromissos (iv)	434.986	5.656	-	-	(3.966)	436.676
Contrato de prestação de serviços – São Paulo (v)	6.522.475	205.424	-	(873)	(100.374)	6.626.652
Novos negócios (vi)	16.477	525	-	-	(1.270)	15.732
Licença de Software	2.326	251	-	-	(1.933)	644
<b>Total</b>	<b>20.141.677</b>	<b>540.351</b>	<b>-</b>	<b>(905)</b>	<b>(181.218)</b>	<b>20.499.905</b>

Segue abaixo o custo e a receita de construção reconhecidos sobre os contratos de concessão/programa no período dos respectivos anos:

	CONSOLIDADO		
	31 de março de 2011		
	Água	Esgoto	Total
Custo de construção incorrido	202.296	237.133	439.429
Reconhecimento da receita de construção	207.213	242.975	450.188

	CONSOLIDADO		
	31 de março de 2012		
	Água	Esgoto	Total
Custo de construção incorrido	225.332	320.412	545.744
Reconhecimento da receita de construção	229.810	327.964	557.774

Não existem ativos e passivos contingentes relativos aos contratos de construção em andamento.

**Intangíveis decorrentes de contratos de concessão**

A Companhia opera contratos de concessão incluindo a prestação de serviços de saneamento básico e ambiental, fornecimento de água e coleta de esgoto. Esses contratos de concessão estabelecem direitos e deveres relativos aos bens relacionados à prestação de serviço público (ver Nota 3.8(a) de 31 de dezembro de 2011). Os contratos preveem que os bens serão revertidos ao poder concedente ao fim do período de concessão.

Em 31 de março de 2012, a Companhia operava em 363 municípios no Estado de São Paulo. Na maior parte desses municípios o período de concessão é de 30 anos.

## Notas Explicativas

A prestação de serviços é remunerada na forma de tarifa, regulamentada pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP).

Os intangíveis decorrentes de contratos de concessão incluem:

(i) Contratos de concessão – valor patrimonial

Os contratos de concessão preveem que os bens serão revertidos ao poder concedente ao final do período, pelo valor residual ou valor de mercado, de acordo com os termos de cada contrato. A amortização é calculada de acordo com método linear, que considera a vida útil dos bens.

(ii) Contratos de concessão – valor econômico

No período de 1999 a 2006, as negociações relacionadas à novas concessões foram realizadas considerando o resultado econômico-financeiro do negócio, definido em laudo de avaliação emitido por peritos independentes.

O montante definido no respectivo instrumento de contratação, após a concretização do negócio junto ao município, com realização mediante subscrição de ações da Companhia ou em dinheiro, está registrado nessa rubrica e é amortizado pelo período da respectiva concessão (normalmente de 30 anos). Em 31 de março de 2012 não existiam valores pendentes relativos a esses pagamentos aos municípios.

Amortização dos bens intangíveis é realizada durante a vigência dos contratos ou pela vida útil dos bens adjacentes (dos dois o menor) de concessão pelo método linear.

(iii) Contratos de programa

Refere-se a renovação dos contratos antigamente denominados contratos de concessão cujo objetivo é o fornecimento de água, esgoto e serviço sanitário público. Os ativos adquiridos ou construídos são amortizados durante o período do contrato (30 anos) ou durante a vida útil dos ativos adjacentes, dos dois o menor.

(iv) Contratos de programa - Compromissos

A partir do marco regulatório de 2007 as renovações passaram a ser feitas por meio de contratos de programa. Em alguns desses contratos de programa, a Companhia assumiu o compromisso de participar financeiramente em ações Sócio-ambientais. Os bens construídos e compromissos financeiros assumidos dentro dos contratos de programa são registrados como ativo intangível e são amortizados pelo método linear de acordo com a vigência do contrato de programa (em sua maioria 30 anos) ou pela vida útil dos bens, dos dois o menor.

Em 31 de março de 2012, as despesas de amortização relacionadas aos compromissos dos contratos de programa foram de R\$ 3.966 (março/2011 – R\$ 2.807).

Os valores ainda não desembolsados estão registrados na conta “Outras Obrigações” no passivo circulante (no montante de R\$ 54.585 e R\$ 62.287 em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, respectivamente) e não circulante (no montante de R\$ 130.291 e R\$ 130.978 em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, respectivamente).

(v) Contratos de prestação de serviços – São Paulo

## Notas Explicativas

Em 14 de novembro de 2007, a Companhia e o Município de São Paulo (as Partes) assinaram um Convênio que visa estabelecer condições para garantir a estabilidade na prestação de serviços públicos de saneamento básico e ambiental no Município de São Paulo, cujos principais pontos são:

(a) as Partes assumiram o compromisso de estabelecer ações de saneamento básico e ambiental, complementares às ações do Município de São Paulo, investindo na implantação e continuidade de programas, tais como: Programa Córrego Limpo e Programa de Uso Racional da Água – PURA, cujo objetivo é garantir a redução do consumo de água nas unidades públicas, assegurando o abastecimento de água e a qualidade de vida da população;

(b) a partir de 14 de novembro de 2007, data de celebração do Convênio, a totalidade dos valores pagos pelo Município de São Paulo à SABESP, referentes aos órgãos da Administração direta, autarquias e fundações, descontados os tributos incidentes, será destinada à realização de ações em saneamento básico e ambiental no Município; e

(c) O Município assume o compromisso de retomar o pagamento das contas e faturas de consumo corrente emitidas pela SABESP, a partir de 14 de novembro de 2007, data da assinatura deste Convênio.

O Convênio permanece vigente, mas a arrecadação citada no item (b) deixou de ser direcionada à conta específica para a destinação às ações de saneamento básico e ambiental no Município. O saldo remanescente em 31 de março de 2012, referente aos valores arrecadados e ainda não destinados, era de R\$ 79.531 (dezembro/2011 - R\$ 90.984).

Em 23 de junho de 2010 a Companhia celebrou um Contrato com o Estado e o Município de São Paulo de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Município de São Paulo por um período de 30 anos, prorrogável por mais 30 anos.

Em 23 de junho de 2010, foi assinado Contrato pelo Estado, pelo Município e pela Companhia, assim como do Convênio entre o Estado e Município, com interveniência e anuência da SABESP e Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (“ARSESP”), cujos principais aspectos são os seguintes:

1. O Estado e o Município atribuem à SABESP o direito de explorar a prestação dos serviços de saneamento da Capital do Estado de São Paulo, o que envolve a obrigação de prover os serviços e o direito de se remunerar por intermédio do recebimento de receitas tarifárias;

2. O Estado e Município definem a ARSESP como responsável pelas funções de regulação, inclusive tarifária, controle e fiscalização dos serviços;

3. O modelo de avaliação utilizado foi o de fluxo de caixa descontado, o qual considerou a sustentabilidade econômico-financeira da operação da SABESP na Região Metropolitana de São Paulo;

4. Foram considerados no fluxo de caixa todos os custos operacionais, tributos, investimentos e a remuneração do custo de oportunidade dos investidores e credores da SABESP;

5. O contrato prevê investimentos equivalentes a 13% da receita bruta obtida pela prestação de serviços no Município de São Paulo, líquida de Cofins e Pasp. Os planos de investimentos, no que tange à execução da Sabesp, deverão ser compatibilizados com as atividades e programas previstos nos planos de saneamento Estadual, Municipal, e se for o caso, Metropolitano. O Plano de Investimentos não é definitivo e será revisado pelo Comitê Gestor a cada quatro anos, em especial quanto aos investimentos a serem executados no período subsequente;

## Notas Explicativas

6. O repasse ao Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura para aplicação em ações pertinentes ao saneamento da capital constitui encargo a ser recuperado na tarifa, conforme disposição contratual. Este valor corresponde a 7,5% (sete e meio por cento) da receita bruta obtida pela prestação de serviços no Município de São Paulo, líquida de Cofins e Pasep, e inadimplência do período;

7. O custo de oportunidade dos investidores e credores da SABESP foi estabelecido pela metodologia CMPC (custo médio ponderado de capital). Este custo foi utilizado como taxa de desconto do fluxo de caixa; e

8. O Contrato prevê a remuneração dos ativos líquidos em operação, apurados preferencialmente por meio de avaliação patrimonial, ou pelo valor contábil atualizado monetariamente, conforme vier a ser definido pela ARSESP. Além disso, prevê, também, a remuneração dos investimentos a serem executados pela SABESP, de forma que não haja valor residual ao final do Contrato.

A contratualização com o Município de São Paulo, que representa aproximadamente 53,5% da receita total da Companhia, garante segurança jurídica e patrimonial à SABESP, retorno adequado aos acionistas e prestação de serviços de qualidade aos seus clientes.

A Prefeitura Municipal de São Paulo e a Companhia não concluíram um acordo para o equacionamento das pendências financeiras existentes até a data da assinatura do Contrato, relacionadas à prestação dos serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos aos imóveis da Municipalidade, motivo pelo qual, a Companhia ajuizou as referidas contas, que estão provisionadas para perdas.

### (vi) Novos negócios

Foi assinado em agosto de 2009 com a CASAL - Companhia de Saneamento de Alagoas, contrato de prestação de serviços técnicos especializados para implantar programa de redução de perdas e evasão de receitas do município de Maceió, no prazo de 60 meses. A prestação de serviços foi iniciada em 2010.

Em 31 de março de 2012, o valor registrado na rubrica "Novos negócios" era de R\$ 15.732 (dezembro/2011 – R\$ 16.477) onde o valor registrado para CASAL em 31 de março de 2012 é de R\$ 14.395 (dezembro/2011 – R\$ 15.664).

### (a) Baixas dos bens adjacentes do ativo intangível

A Companhia baixou em 31 de março de 2012, bens adjacentes dos ativos intangíveis no valor de R\$ 905 (março/2011 – R\$ 622) motivados por obsolescência, furtos, alienação e obras desativadas, poços improdutivos e projetos economicamente inviáveis.

### (b) Capitalização de juros e demais encargos financeiros

Em 31 de março de 2012, a Companhia capitalizou juros e variação monetária, inclusive variação cambial nos ativos intangíveis de concessão no valor de R\$ 60.929 (março/2011 – R\$ 64.986), durante o período no qual os ativos eram apresentados como obras em andamento.

### (c) Margem de construção

A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios.

## Notas Explicativas

Dessa forma, a Companhia reconhece receita de construção, correspondente aos custos de construção adicionados de uma margem bruta. Em geral as construções relacionadas com as concessões são realizadas por terceiros contratados pela Companhia. Nesse caso a margem implícita da Companhia é menor, em geral, para cobrir os custos de administração, bem como, a assunção do risco primário. Em 2012 a margem apurada foi de 2,3% (2,3% em 2011).

O valor da margem de construção para o período de 31 de março de 2012 e 31 de março de 2011 foi de R\$ 12.030 e R\$ 10.759, respectivamente.

### (d) Desapropriações

Em decorrência da execução de obras prioritárias relacionadas aos sistemas de água e esgoto, houve necessidade de desapropriações ou instituição de servidão de passagem em propriedades de terceiros, cujos proprietários serão ressarcidos por meios amigáveis ou judiciais.

Os bens objeto dessas desapropriações deverão ser registrados nos ativos intangíveis de concessão quando concretizada a operação. Em 31 de março de 2012, o total referente às desapropriações foi de R\$ 1.646 (março/2011 - R\$ 6.699).

### (e) Ativos dados em garantia

Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a Companhia mantinha ativos no valor de R\$ 249.034 dados em garantia ao Pedido de Parcelamento Especial – Paes (Nota 13).

### (f) Parceria Público-Privada - PPP

A SABESP e a CAB-Sistema Produtor Alto Tietê S/A, sociedade de propósito específico formada pelas empresas Galvão Engenharia S.A. e Companhia Águas do Brasil – CAB Ambiental, assinaram em junho de 2008, os contratos da Parceria Público Privada do Sistema Produtor Alto Tietê.

O contrato de prestação de Serviços tem prazo de 15 anos, com o propósito de ampliação da capacidade da Estação de Tratamento de Água de Taiaçupeba, de 10 para 15 mil litros por segundo, cuja operação iniciou em outubro de 2011.

Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, o valor contábil registrado no intangível da Companhia, relacionado à PPP, é de R\$ 486.431 e R\$ 474.818, respectivamente.

### (g) Impairment

Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 não foi registrado provisões de impairment.

### (h) Obras em andamento

Encontra-se registrado no intangível o montante de R\$ 5.695 milhões de obras em andamento em 31 de março de 2012 (R\$ 5.652 milhões em 31 de dezembro de 2011).

## Notas Explicativas

## 12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Saldo devedor de empréstimos e financiamentos

	CONTROLADORA						Garantias	Vencimento Final	Taxa anual de juros	Atualização Monetária
	Mar/2012			Dez/11						
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total				
Instituição financeira:										
PAÍS										
União Federal/Banco do Brasil	356.850	388.408	745.258	348.695	479.548	828.243	Gov.Est.S.Pa ulo e Recursos Próprios	2014	8,50%	UPR
Debêntures 10ª Emissão	8.032	278.687	286.719	2.008	283.293	285.301		2020	TJLP+1,92 % (1ª e 3ª série) e 9,53% (2ª série) CDI + 1,95% (1ª série) e CDI + 1,4% (2ª série)	IPCA
Debêntures 11ª Emissão	202.500	803.894	1.006.394	202.500	1.005.748	1.208.248		2015		
Debêntures 12ª Emissão	-	499.583	499.583	-	499.613	499.613		2025	TR + 9,5%	
Debêntures 13ª Emissão	-	-	-	599.411	-	599.411		2012	CDI + 0,65%	
Debêntures 14ª Emissão	-	281.109	281.109	-	279.810	279.810		2022	TJLP+1,92 % (1ª e 3ª série) e 9,19% (2ª série) CDI + 0,99% e 6,2%	IPCA
Debêntures 15ª Emissão	-	772.094	772.094	-	-	-		2019		IPCA
Caixa Econômica Federal	113.412	898.719	1.012.131	110.479	908.452	1.018.931		2011/32	6,8% (ponderado)	UPR
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	30.326	-	30.326	37.554	3.491	41.045	Recursos Próprios	2013	3% + TJLP LIMITE 6%	
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES Baixada Santista	16.309	110.087	126.396	16.309	114.165	130.474	Recursos Próprios	2019	2,5% + TJLP LIMITE 6%	
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES PAC	6.428	81.325	87.753	6.428	67.489	73.917	Recursos Próprios	2023	2,15% + TJLP LIMITE 6%	
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ONDA LIMPA	19.081	230.579	249.660	14.270	235.383	249.653	Recursos Próprios	2025	1,92% + TJLP LIMITE 6%	
Arrendamento Mercantil	-	84.271	84.271	-	49.609	49.609				
Outros	1.027	3.407	4.434	1.155	3.503	4.658	Recursos Próprios	2011/2018/ 2025	12% / CDI / TJLP+ 6%	UPR
Juros e encargos	<u>38.947</u>	<u>-</u>	<u>38.947</u>	<u>100.998</u>	<u>-</u>	<u>100.998</u>				
<b>Total do País</b>	<b><u>792.912</u></b>	<b><u>4.432.163</u></b>	<b><u>5.225.075</u></b>	<b><u>1.439.807</u></b>	<b><u>3.930.104</u></b>	<b><u>5.369.911</u></b>				
MOEDA ESTRANGEIRA										
Inter-American Development Bank – BID US\$ 380.974 mil	69.314	621.779	691.093	71.591	652.141	723.732	Governo Federal	2016/2017/ 2025/2035	1,24% a 3,00%	Var. Cesta Moedas + US\$
BIRD – US\$ 13.490 mil	-	24.162	24.162	-	18.928	18.928		2034	0,43%	US\$

## Notas Explicativas

CONTROLADORA										
	Mar/2012			Dez/11			Garantias	Vencimento Final	Taxa anual de juros	Atualização Monetária
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total				
	Euro Bônus – US\$ 140.000 mil	-	254.576	254.576	-	262.067				
Euro Bônus – US\$ 350.000 mil	-	629.920	629.920	-	649.024	649.024	2020	6,25%	US\$	
JICA – Iene 20.167.525 mil	25.479	420.425	445.904	28.015	476.266	504.281	Gov.Federal	2029	1,8% e 2,5%	Iene
JICA – Iene 18.132.800 mil	34.364	366.186	400.550	25.189	427.843	453.032		2029	1,8% e 2,5%	Iene
JICA – Iene 165.229 mil	-	3.560	3.560	-	1.420	1.420		2029	1,2% e 0,01%	Iene
BID 1983AB – US\$ 226.058 mil	43.625	365.579	409.204	44.911	376.355	421.266		2023	2,4% a 2,9%	US\$
Juros e encargos	32.807	-	32.807	19.671	-	19.671				
<b>Total Exterior</b>	<b>205.589</b>	<b>2.686.187</b>	<b>2.891.776</b>	<b>189.377</b>	<b>2.864.044</b>	<b>3.053.421</b>				
<b>TOTAL DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS</b>	<b>998.501</b>	<b>7.118.350</b>	<b>8.116.851</b>	<b>1.629.184</b>	<b>6.794.148</b>	<b>8.423.332</b>				

CONSOLIDADO										
	Mar/2012			Dez/11			Garantias	Vencimento Final	Taxa anual de juros	Atualização Monetária
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total				
	Instituição financeira:									
PAÍS										
União Federal/Banco do Brasil	356.850	388.408	745.258	348.695	479.548	828.243	Gov.Est.S.Pa ulo e Recursos Próprios	2014	8,50%	UPR
Debêntures 10ª Emissão	8.032	278.687	286.719	2.008	283.293	285.301		2020	TJLP+1,92% (1ª e 3ª série) e 9,53% (2ª série)	IPCA
Debêntures 11ª Emissão	202.500	803.894	1.006.394	202.500	1.005.748	1.208.248		2015	CDI + 1,95% (1ª série) e CDI + 1,4% (2ª série)	
Debêntures 12ª Emissão	-	499.583	499.583	-	499.613	499.613		2025	TR + 9,5%	
Debêntures 13ª Emissão	-	-	-	599.411	-	599.411		2012	CDI + 0,65%	
Debêntures 14ª Emissão	-	281.109	281.109	-	279.810	279.810		2022	TJLP+1,92% (1ª e 3ª série) e 9,19% (2ª série)	IPCA
Debêntures 15ª Emissão	-	772.094	772.094	-	-	-		2019	CDI + 0,99% e 6,2%	IPCA
Debêntures 1ª Emissão-Aquapolo	-	160.099	160.099	-	160.099	160.099		2029	TR+8,75%	

## Notas Explicativas

	CONSOLIDADO									
	Mar/2012			Dez/11			Garantias	Vencimento Final	Taxa anual de juros	Atualização Monetária
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total				
Caixa Econômica Federal	113.547	910.377	1.023.924	110.646	917.574	1.028.220		2011/32	6,8% (ponderado)	UPR
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	30.326	-	30.326	37.554	3.491	41.045	Recursos Próprios	2013	3% + TJLP LIMITE 6%	
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES Baixada Santista	16.309	110.087	126.396	16.309	114.165	130.474	Recursos Próprios	2019	2,5% + TJLP LIMITE 6%	
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES PAC	6.428	81.325	87.753	6.428	67.489	73.917	Recursos Próprios	2023	2,15% + TJLP LIMITE 6%	
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ONDA LIMPA	19.081	230.579	249.660	14.270	235.383	249.653	Recursos Próprios	2025	1,92% + TJLP LIMITE 6%	
Arrendamento Mercantil	-	84.271	84.271	-	49.609	49.609				
Outros	1.703	3.407	5.110	1.784	3.503	5.287	Recursos Próprios	2011/2018/2025	12% / CDI / TJLP+ 6%	UPR
Juros e encargos	<u>39.205</u>	<u>5.608</u>	<u>44.813</u>	<u>101.028</u>	<u>2.916</u>	<u>103.944</u>				
<b>Total do País</b>	<b><u>793.981</u></b>	<b><u>4.609.528</u></b>	<b><u>5.403.509</u></b>	<b><u>1.440.633</u></b>	<b><u>4.102.241</u></b>	<b><u>5.542.874</u></b>				
MOEDA ESTRANGEIRA										
Inter-American Development Bank – BID US\$ 380.974 mil	69.314	621.779	691.093	71.591	652.141	723.732	Governo Federal	2016/2017/2025/2035	1,24% a 3,00%	Var. Cesta Moedas + US\$
BIRD – US\$ 13.490 mil	-	24.162	24.162	-	18.928	18.928		2034	0,43%	US\$
Euro Bônus – US\$ 140.000 mil	-	254.576	254.576	-	262.067	262.067		2016	7,5%	US\$
Euro Bônus – US\$ 350.000 mil	-	629.920	629.920	-	649.024	649.024		2020	6,25%	US\$
JICA – Iene 20.167.525 mil	25.479	420.425	445.904	28.015	476.266	504.281	Governo Federal	2029	1,8% e 2,5%	Iene
JICA – Iene 18.132.800 mil	34.364	366.186	400.550	25.189	427.843	453.032		2029	1,8% e 2,5%	Iene
JICA – Iene 165.229 mil	-	3.560	3.560	-	1.420	1.420		2029	1,2% e 0,01%	Iene
BID 1983AB – US\$ 226.058 mil	43.625	365.579	409.204	44.911	376.355	421.266		2023	2,4% a 2,9%	US\$
Juros e encargos	<u>32.807</u>	<u>-</u>	<u>32.807</u>	<u>19.671</u>	<u>-</u>	<u>19.671</u>				
<b>Total Exterior</b>	<b><u>205.589</u></b>	<b><u>2.686.187</u></b>	<b><u>2.891.776</u></b>	<b><u>189.377</u></b>	<b><u>2.864.044</u></b>	<b><u>3.053.421</u></b>				
<b>TOTAL DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS</b>	<b><u>999.570</u></b>	<b><u>7.295.715</u></b>	<b><u>8.295.285</u></b>	<b><u>1.630.010</u></b>	<b><u>6.966.285</u></b>	<b><u>8.596.295</u></b>				

Cotação de 31 de março de 2012 – US\$ 1,8221; Iene 0,022110 (dez/11 - US\$ 1,8758; Iene 0,024310)

Em 31 de março de 2012 a Companhia não possuía saldos de empréstimos e financiamentos captados no curto prazo.

A Companhia apresentou as seguintes movimentações em empréstimos e financiamentos para o período findo em 31 de março de 2012. Os demais empréstimos e financiamentos estão apresentados na nota 13 das Demonstrações Financeiras Anuais.

- (i) 15ª emissão de Debêntures

## Notas Explicativas

Em 15 de fevereiro de 2012, a Companhia emitiu a 15ª Emissão de Debêntures Simples, Não conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, nos termos da Instrução CVM 476, cujas características são as seguintes:

Data Emissão: 15 de fevereiro de 2012.

Valor Total: R\$ 771.080, quantidade 77.108, em duas séries, valor unitário R\$ 10.

	<u>Número</u>	<u>Atualização</u>	<u>Juros</u>	<u>Pagamento de juros</u>	<u>Amortização</u>	<u>Vencimento</u>
1ª Série	287.330	-	DI+ 0,99% a.a.	Semestral (fevereiro e agosto)	Anual (a partir de fevereiro de 2015)	Fevereiro de 2017
2ª Série	483.750	IPCA	6,20%	Anual (fevereiro)	Anual (a partir de fevereiro de 2018)	Fevereiro de 2019

Resgate Antecipado: a partir 24º mês

Resgate Antecipado: não haverá

Os recursos provenientes da captação por meio da 15ª Emissão das Debêntures serão destinados à liquidação de compromissos financeiros vincendos até 31 de dezembro de 2012.

(ii) Resgate da 13ª emissão de Debêntures

Em 17 de fevereiro de 2012 a Companhia efetuou o resgate total da 13ª Emissão de Debêntures no montante de R\$ 633.343.

(iii) Variação no período de janeiro a março de 2012

O acréscimo no saldo foi em decorrência, principalmente da queda da cotação do dólar.

(iv) Cronograma de liquidação de empréstimos e financiamentos

O volume total de dívida a ser pago até o final de 2012 da controladora é de R\$ 807.394, sendo o montante indexado ao dólar norte americano no valor de R\$ 160.576 e o montante de R\$ 646.818 refere-se a valores a vencer de juros e principal de empréstimos em reais.

	CONTROLADORA							TOTAL
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018 em diante	
PAÍS								
Banco do Brasil	264.783	380.266	100.209	-	-	-	-	745.258
Caixa Econômica Federal	84.431	113.367	74.733	52.843	51.991	54.337	580.429	1.012.131
Debêntures	203.149	305.982	348.788	476.646	211.394	213.410	1.086.530	2.845.899
BNDES	26.112	4.214	-	-	-	-	-	30.326
BNDES BX SANTISTA	12.232	16.309	16.309	16.309	16.309	16.309	32.619	126.396
BNDES PAC	5.850	7.800	7.800	7.800	7.800	7.800	42.903	87.753
BNDES ONDA LIMPA	14.270	19.243	19.243	19.243	19.243	19.243	139.175	249.660
Arrendamento Mercantil							84.271	84.271
Outros	884	630	497	560	631	711	521	4.434
Juros e Encargos	35.107	3.840	-	-	-	-	-	38.947
Em moeda nacional	646.818	851.651	567.579	573.401	307.368	311.810	1.966.448	5.225.075

**Notas Explicativas**

CONTROLADORA								
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018 em diante	TOTAL
EXTERIOR								
BID	59.950	69.314	69.314	69.314	69.314	71.773	282.114	691.093
BIRD	-	-	-	-	-	-	24.162	24.162
Euro Bônus	-	-	-	-	254.576	-	629.920	884.496
JBIC	24.194	48.390	48.390	48.390	48.390	48.671	583.590	850.015
BID 1983AB	43.625	43.625	43.625	43.625	43.625	43.625	147.453	409.203
Juros e Encargos	32.807	-	-	-	-	-	-	32.807
Em moeda estrangeira	160.576	161.329	161.329	161.329	415.905	164.069	1.667.239	2.891.776
Total Geral	807.394	1.012.980	728.908	734.730	723.273	475.879	3.633.687	8.116.851

CONSOLIDADO								
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018 em diante	TOTAL
PAÍS								
Banco do Brasil	264.783	380.266	100.209	-	-	-	-	745.258
Caixa Econômica Federal	84.566	114.384	75.728	53.814	52.937	62.066	580.429	1.023.924
Debêntures	203.149	315.400	358.206	486.064	220.812	222.828	1.199.539	3.005.998
BNDES	26.112	4.214	-	-	-	-	-	30.326
BNDES BX SANTISTA	12.232	16.309	16.309	16.309	16.309	16.309	32.619	126.396
BNDES PAC	5.850	7.800	7.800	7.800	7.800	7.800	42.903	87.753
BNDES ONDA LIMPA	14.270	19.243	19.243	19.243	19.243	19.243	139.175	249.660
Arrendamento Mercantil							84.271	84.271
Outros	1.560	630	497	560	631	711	521	5.110
Juros e Encargos	35.365	9.448	-	-	-	-	-	44.813
Em moeda nacional	647.887	867.694	577.992	583.790	317.732	328.957	2.079.457	5.403.509
EXTERIOR								
BID	59.950	69.314	69.314	69.314	69.314	71.773	282.114	691.093
BIRD	-	-	-	-	-	-	24.162	24.162
Euro Bônus	-	-	-	-	254.576	-	629.920	884.496
JBIC	24.194	48.390	48.390	48.390	48.390	48.671	583.590	850.015
BID 1983AB	43.625	43.625	43.625	43.625	43.625	43.625	147.453	409.203
Juros e Encargos	32.807	-	-	-	-	-	-	32.807
Em moeda estrangeira	160.576	161.329	161.329	161.329	415.905	164.069	1.667.239	2.891.776
Total Geral	808.463	1.029.023	739.321	745.119	733.637	493.026	3.746.696	8.295.285

## (v) Compromissos Financeiros – “Covenants”

Alguns contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas relativas ao atendimento de alguns índices financeiros que são calculados trimestralmente.

## Notas Explicativas

### Debêntures 11ª e 12ª Emissão:

- a) Liquidez corrente ajustada (ativo circulante dividido pelo passivo circulante, excluída do passivo circulante a parcela registrada no circulante das dívidas do não circulante contraídas pela Companhia) maior que 1,0; e
- b) Ebitda/Despesas Financeiras igual ou superior a 1,5.

O não cumprimento das cláusulas de “covenants” levará ao vencimento antecipado do contrato. A falta de cumprimento dessas obrigações somente ficará caracterizada quando verificada nas suas informações financeiras trimestrais, por no mínimo dois trimestres consecutivos, ou ainda por dois trimestres não consecutivos dentro de um período de doze meses.

Na falta de observância dos “covenants” deverá o agente fiduciário convocar no prazo de 48 horas da data que tomar conhecimento do ocorrido, uma assembléia geral de debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das debêntures.

### Debêntures 10ª e 14ª Emissão:

- a) EBITDA/ROL: igual ou superior a 38%;
- b) EBITDA/Despesas Financeiras: igual ou superior a 2,35; e
- c) Dívida Bancária Líquida/Ebitda: menor ou igual a 3,65.

### Caixa Econômica Federal - Programa Pró-Saneamento:

Por meio do Acordo de Melhoria de Desempenho, são estabelecidas metas para indicadores financeiros (perdas de faturamento, evasão de receitas, disponibilidade de caixa e redução dos dias de comprometimento do contas a receber) e operacionais que, com base nos dois últimos anos, são projetados anualmente para os cinco anos seguintes.

O não cumprimento de 5 das 8 cláusulas de “covenants” levará ao vencimento antecipado do contrato.

### Debêntures 15ª Emissão:

#### BNDES:

- a) Liquidez corrente ajustada: maior que 1,0;
- b) Ebitda / Receita Operacional Líquida: igual ou superior a 38%;
- c) Ligações totais (água e esgoto) /funcionários próprios: igual ou superior a 520;
- d) Ebitda /Serviço da dívida: igual ou superior a 1,5; e
- e) PL /Exigível Total: igual ou superior a 0,8.

O não cumprimento das cláusulas de “covenants” levará ao vencimento antecipado do contrato.

## Notas Explicativas

### **Eurobônus:**

Limitar a contratação de novas dívidas de modo que:

- a) a dívida total ajustada em relação ao Ebitda não seja superior a 3,65; e
- b) o índice de cobertura do serviço da dívida da Companhia, determinado na data de incursão dessa dívida, não seja inferior a 2,35.

O não cumprimento das cláusulas de “covenants” levará ao vencimento antecipado do contrato.

### **Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID):**

Contratos 713, 896, 1.212 e 2.202- As tarifas devem:

- a) Produzir uma receita suficiente para cobrir os gastos de exploração do sistema, inclusive os relacionados com Administração, operação, manutenção e depreciação;
- b) Proporcionar uma rentabilidade sobre o ativo imobilizado superior a 7%; e
- c) Durante a execução do projeto os saldos dos empréstimos contratados a curto prazo não deverão ser superiores a 8,5% do seu patrimônio líquido.

O não cumprimento das cláusulas de “covenants” levará ao vencimento antecipado do contrato.

Em 31 de março de 2012, a Companhia cumpriu os requisitos vigentes em seus contratos de empréstimos e financiamentos.

A Companhia obteve junto ao BNDES, em caráter excepcional, a suspensão por 13 meses, a partir de dezembro de 2011, da exigência de cumprimento das obrigações especiais estabelecidas nos contratos.

## 13. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

### a) Ativo circulante

A rubrica tributos a recuperar do ativo circulante é composta pelos valores de saldo negativo do imposto de renda e da contribuição social e dos valores relativos ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras. O saldo em 31 de março de 2012 era de R\$ 54.088 (R\$ 118.116 em 31 de dezembro de 2011), a redução de R\$ 64.028 no saldo, ocorreu em decorrência da compensação dos valores relativos ao saldo negativo do imposto de renda e da contribuição social do exercício de 2011 com valores a pagar dos mesmos tributos do exercício de 2012. Tal queda foi compensada em parte, pela apuração do IRRF incidentes sobre as receitas dos juros das aplicações financeiras, reconhecidos contabilmente no trimestre.

### b) Passivo

**Notas Explicativas**

	CONTROLADORA			
	Circulante		Não circulante	
	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011
Imposto de renda e Contribuição social	37.812	-	-	-
Cofins e Pasep	55.743	57.052	-	-
Paes	37.054	36.716	9.271	18.363
INSS	25.621	25.630	-	-
IRRF	1.424	44.168	-	-
Outros	14.950	17.228	-	-
<b>Total</b>	<b>172.604</b>	<b>180.794</b>	<b>9.271</b>	<b>18.363</b>

	CONSOLIDADO			
	Circulante		Não circulante	
	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011
Imposto de renda e Contribuição social	37.881	-	-	-
Cofins e Pasep	55.758	57.073	-	-
Paes	37.054	36.716	9.271	18.363
INSS	25.627	25.645	-	-
IRRF	1.431	44.172	-	-
Outros	15.021	17.516	-	-
<b>Total</b>	<b>172.772</b>	<b>181.122</b>	<b>9.271</b>	<b>18.363</b>

A redução no passivo circulante consolidado de R\$ 8.350, ocorreu principalmente em decorrência do recolhimento do IRRF dos juros sobre capital próprio em janeiro de 2012, e inversamente da constituição do imposto de renda e da contribuição social a pagar de março de 2012.

A redução de R\$ 9.092 no passivo não circulante consolidado, ocorreu em decorrência do fluxo de pagamentos e adequações dos saldos de curto prazo e longo prazo do Parcelamento Especial (Paes) da controladora, conforme informações abaixo.

A Companhia solicitou o Pedido de Parcelamento Especial (Paes) em 15 de julho de 2003, conforme Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, incluindo nesse pedido os débitos relativos à Cofins e ao Pasep envolvidos em ação judicial contra a aplicação da Lei nº 9.718/98, e consolidou o saldo remanescente do Programa de Recuperação Fiscal (Refis). O valor total incluído no Paes era de R\$ 316.953, como segue:

<b>Imposto</b>	<b>Principal</b>	<b>Multa</b>	<b>Juros</b>	<b>Total</b>
COFINS	132.499	13.250	50.994	196.743
PASEP	5.001	509	2.061	7.571
REFIS	112.639	-	-	112.639
<b>Total</b>	<b>250.139</b>	<b>13.759</b>	<b>53.055</b>	<b>316.953</b>

## Notas Explicativas

O débito está sendo pago em 120 meses. Os montantes pagos no 1º trimestre de 2012 e no 4º trimestre de 2011, foram de R\$ 9.233 e R\$ 9.148 respectivamente. Foram registradas despesas financeiras de R\$ 479 no 1º trimestre de 2012 e R\$ 817 no 1º trimestre de 2011. O saldo devedor em 31 de março de 2012 era de R\$ 46.325. Os ativos dados em garantia no Programa Refis anterior, no montante de R\$ 249.034, continuam a garantir os valores do Programa Paes.

### 14. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS

#### (a) Saldos patrimoniais

Composição analítica de impostos diferidos – controladora

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011
Impostos diferidos ativo (i)				
Provisão para contingências	607.650	575.473	607.650	575.473
Obrigações previdenciárias – G1	183.215	180.018	183.215	180.018
Obrigações previdenciárias – G0	85.271	85.271	85.271	85.271
Doações de ativos relacionados aos contratos de concessão	38.213	38.213	38.213	38.213
Provisão para perdas de crédito	140.628	135.223	140.628	135.223
Outros	77.616	77.175	80.837	78.717
<b>Total do ativo fiscal diferido</b>	<b>1.132.593</b>	<b>1.091.373</b>	<b>1.135.814</b>	<b>1.092.915</b>
Impostos diferidos passivo (ii)				
Diferença temporária sobre concessão de ativo intangível	(692.210)	(692.210)	(692.210)	(692.210)
Capitalização de custos de empréstimos	(101.507)	(101.507)	(101.507)	(101.507)
Lucro sobre o fornecimento a órgãos públicos	(78.166)	(76.773)	(78.166)	(76.773)
Outros	(82.064)	(42.957)	(82.245)	(42.962)
<b>Total do passivo fiscal diferido</b>	<b>(953.947)</b>	<b>(913.447)</b>	<b>(954.128)</b>	<b>(913.452)</b>
<b>Ativo (passivo) fiscal diferido no balanço patrimonial</b>	<b>178.646</b>	<b>177.926</b>	<b>181.686</b>	<b>179.463</b>

	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011
Impostos diferidos ativo (i)		
a ser recuperado em até 12 meses	295.229	259.784
a ser recuperado depois de um ano	837.364	831.589
<b>Total do ativo fiscal diferido</b>	<b>1.132.593</b>	<b>1.091.373</b>

**Notas Explicativas**

	<u>31 de março de 2012</u>	<u>31 de dezembro de 2011</u>
Impostos diferidos passivo (ii)		
a ser realizado em até 12 meses	(35.372)	(27.282)
a ser realizado depois de um ano	<u>(918.575)</u>	<u>(886.165)</u>
Total do passivo fiscal diferido	<u>(953.947)</u>	<u>(913.447)</u>
Ativo (passivo) fiscal diferido no balanço patrimonial	<u>178.646</u>	<u>177.926</u>

(i) A Administração da Companhia tem expectativa de realização do saldo do ativo fiscal diferido em 2012, na mesma proporção de 2011, e o restante a ser realizado no ano subsequente de 2013.

(ii) O passivo fiscal diferido tem expectativa de realização em 2012, na mesma proporção de 2011, e o restante a ser realizado nos anos subsequentes a partir de 2013.

O aumento no saldo líquido do ativo fiscal diferido consolidado, no valor de R\$ 720, ocorreu em decorrência do cálculo do tributo sobre o maior provisionamento de perdas relacionadas às vendas de água por atacado (nota 7(c)), de provisões para contingências passivas (nota 15) e das obrigações previdenciárias G1 (nota 16(i)).

(b) Conciliação da alíquota efetiva de imposto

Os valores registrados como despesas de imposto de renda e contribuição social nas demonstrações financeiras estão conciliados com as alíquotas nominais previstas em lei, conforme demonstrado a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>Jan-Mar/12</u>	<u>Jan-Mar/11</u>	<u>Jan-Mar/12</u>	<u>Jan-Mar/11</u>
Lucro antes dos impostos	755.188	378.727	753.476	378.689
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa esperada à taxa nominal	(256.764)	(128.767)	(256.182)	(128.754)
Diferenças permanentes				
Provisão Lei 4.819/58 (i)	(8.826)	(67.167)	(8.826)	(67.167)
Outras diferenças	<u>2.315</u>	<u>-</u>	<u>3.445</u>	<u>25</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>(263.275)</u>	<u>(195.934)</u>	<u>(261.563)</u>	<u>(195.896)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(263.995)	(209.314)	(263.136)	(209.314)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	720	13.380	1.573	13.418
Alíquota efetiva	35%	52%	35%	52%

(i) Diferença permanente relativa a provisão referente à obrigação atuarial (nota 8 (vii)).

## Notas Explicativas

### Regime Tributário de Transição – RTT

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios de 2009 e 2008, a Companhia e suas controladas optaram pelo RTT, que permite à pessoa jurídica eliminar os efeitos contábeis da Lei 11.638/07 e da MP 449/08, convertida na Lei 11.941/09, por meio de registros no livro de apuração do lucro real – LALUR ou de controles auxiliares, sem qualquer modificação da escrituração mercantil.

A partir de 2010, a Companhia vem adotando as mesmas práticas tributárias de 2008 e 2009, uma vez que o RTT passou a ser obrigatório e terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária.

### 15. PROVISÕES

A Administração, com base em análise conjunta com seus consultores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para fazer face a prováveis perdas em processos judiciais. No passivo circulante, na rubrica “Provisões”, valores relativos a processos judiciais em fase de execução de sentença apresenta o montante de R\$ 926.304 (31 de dezembro de 2011 – R\$ 764.070), no passivo não circulante, na rubrica “Provisões”, no valor de R\$ 737.830 (31 de dezembro de 2011 – R\$ 807.759). O montante pago de janeiro a março de 2012 foi de R\$ 31.708.

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO				
	31 de dezembro de 2011	Adições	Exclusões	Juros, Atualizações Monetárias e Reversões	31 de março de 2012
Ações com clientes (i)	727.261	13.889	(16.849)	13.030	737.331
Ações com fornecedores (ii)	422.595	17.615	(3)	44.631	484.838
Outras questões cíveis (iii)	188.546	5.605	(10.568)	(953)	182.630
Ações tributárias (iv)	76.448	232	(2.634)	553	74.599
Ações trabalhistas (v)	156.536	16.475	(8.047)	4.724	169.688
Ações ambientais (vi)	<u>121.179</u>	<u>14.230</u>	<u>(3)</u>	<u>2.714</u>	<u>138.120</u>
Subtotal	1.692.565	68.046	(38.104)	64.699	1.787.206
Depósitos judiciais	<u>(120.736)</u>	<u>(2.741)</u>	<u>2.117</u>	<u>(1.712)</u>	<u>(123.072)</u>
Total	<u>1.571.829</u>	<u>65.305</u>	<u>(35.987)</u>	<u>62.987</u>	<u>1.664.134</u>

As principais variações ocorridas nas adições do período estão relacionadas à mudança na expectativa de perda referente aos processos de clientes, fornecedores e trabalhistas. No caso das baixas, devido à revisão de estimativa e pagamentos ocorridos nos processos de clientes, outras questões cíveis e trabalhistas.

(i) Ações com clientes – aproximadamente 1.516 ações foram ajuizadas por clientes comerciais que pleiteiam que suas tarifas deveriam ser iguais às de outras categorias de consumidores, e, conseqüentemente, a devolução de valores cobrados pela Companhia. A Companhia obteve decisões definitivas, tanto favoráveis

## Notas Explicativas

como desfavoráveis, nas diversas instâncias judiciais, sendo constituídas provisões quando a expectativa de perda é considerada provável.

(ii) Ações com fornecedores – as reclamações com fornecedores foram ajuizadas por algumas construtoras alegando pagamento a menor de ajustes de atualização monetária, retenção de valores relacionados a expurgos decorrentes do Plano Real e desequilíbrio econômico-financeiro de contrato. Essas ações encontram-se em tramitação nas diversas esferas judiciais, sendo provisionadas quando a expectativa de perda é considerada provável.

(iii) Outras questões cíveis – referem-se principalmente a pedidos de indenização por danos materiais, morais e lucros cessantes causados a terceiros, que se encontram em diversas instâncias judiciais, devidamente provisionados quando classificados como de perda provável.

(iv) Ações tributárias – as provisões para contingências de natureza tributária referem-se, principalmente, a questões ligadas à cobrança de tributos, questionada em virtude da divergência de interpretação da legislação por parte dos assessores legais da Companhia, devidamente provisionados quando classificados como de perda provável.

(v) Ações trabalhistas – a Companhia está envolvida em diversos processos trabalhistas, tais como questões referentes a horas-extras, adicionais de insalubridade e periculosidade, aviso prévio, desvio de função, equiparação salarial e outros pleitos, sendo que grande parte do montante envolvido encontra-se em execução provisória ou definitiva, nas diversas instâncias judiciais, classificado, dessa forma, como de perda provável e, conseqüentemente, devidamente provisionado.

(vi) Ações ambientais – referem-se a vários processos administrativos e judiciais instaurados por órgãos públicos, inclusive pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental – Cetesb, pelo Ministério Público do Estado de São Paulo e outros, que objetivam a imposição de multa por danos ambientais alegadamente causados pela Companhia. Os valores provisionados nem sempre representam o montante final a ser desembolsado a título de indenização aos danos alegados, tendo em vista a fase atual em que se encontram os referidos processos e a impossibilidade da Administração estimar os montantes dos futuros desembolsos de forma razoável.

### *Processos judiciais com probabilidade de perda possível*

A Companhia é parte integrante em ações judiciais e processos administrativos referentes a questões ambientais, tributárias, cíveis e trabalhistas, as quais são consideradas pelos seus consultores jurídicos como sendo possíveis de perda e que não estão registradas contabilmente. O montante atribuído a esses processos representa aproximadamente R\$ 2.668.200 em 31 de março de 2012 (31 de dezembro de 2011 – R\$ 2.621.800).

As demais informações estão apresentadas na nota 16 nas Demonstrações Financeiras Anuais de 31 de dezembro de 2011.

## 16. BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS

### (a) Plano assistencial

Administrado pela Fundação Sabesp de Seguridade Social – SABESPREV, é constituído por planos de saúde optativos, de livre escolha, mantidos por contribuições da patrocinadora e dos participantes, que no exercício foram as seguintes:

## Notas Explicativas

. Da Companhia: 8,0% em média da folha bruta de salários;

. Dos participantes: 2,2%, sobre o salário base e gratificação, que corresponde à média de 1,4% da folha bruta de salários.

### (b) Plano previdenciário

Administrado pela Fundação Sabesp de Seguridade Social – SABESPREV, o plano de benefício definido (“Plano G1”) recebe contribuições mensais da Companhia, como patrocinadora e de participantes ativos.

#### Plano financiado – G1

Obrigações previdenciárias em dezembro de 2011	538.619
Despesas reconhecidas em 2012	<u>9.402</u>
Obrigações previdenciárias em março de 2012	548.021

#### Plano não financiado – G0

Obrigações previdenciárias em dezembro de 2011	1.512.078
Despesas reconhecidas em 2012	<u>13.458</u>
Obrigações previdenciárias em março de 2012	<u>1.525.536</u>

Total	<u>2.073.557</u>
-------	------------------

### (i) Plano G1

Em 31 de março de 2012, a Companhia possuía um compromisso atuarial líquido de R\$ 548.021 (dezembro/2011 – R\$ 538.619) que representa a diferença entre o valor presente das obrigações da Companhia relativamente aos participantes empregados, aposentados e pensionistas e o valor justo dos ativos relacionados; e ganhos atuariais não reconhecidos.

Com o objetivo de solucionar o déficit referente ao Plano de Benefício Definido (BD) G1, a partir de julho de 2010, a SABESP e a SABESPREV estruturaram um processo através do qual os participantes puderam optar por mudar do plano de Benefício Definido para um plano de Contribuições Definidas, o SABESPREV Mais.

O período para a migração de plano, de julho a novembro de 2010, foi suspenso através de liminar concedida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em 20 de outubro de 2010, até que as alegações das partes envolvidas sejam analisadas.

### (ii) Plano G0

A Companhia efetua pagamentos, por força de decisão judicial, de benefícios de complementação de aposentadoria e pensão aos ex-empregados e pensionistas previstas na Lei Estadual nº 4819/58. Esses valores são registrados como contas de receber de acionistas, limitando-se aos valores reconhecidos como devidos pelo Governo do Estado.

## Notas Explicativas

Em 31 de março de 2012, a Companhia possuía uma obrigação para o Plano G0 de R\$ 1.525.536 (dezembro/2011 – R\$ 1.512.078). No período de janeiro a março de 2012, foi registrado ainda o valor de R\$ 13.458, referentes a obrigação atuarial da Companhia, para o ano de 2012.

### (c) Participação nos resultados

A Companhia registrou com referência ao Programa de Participação nos Resultados, considerando o período de janeiro a dezembro de 2012, o valor correspondente a uma folha de pagamento, mediante o estabelecimento de metas. No primeiro trimestre de 2012 foi provisionado o montante de R\$ 14.144 (primeiro trimestre de 2011 – R\$ 13.150).

## 17. RECEITAS

### (a) Receita bruta de vendas de produtos e serviços

	<u>CONTROLADORA</u>		<u>CONSOLIDADO</u>	
	<u>1º tri/12</u>	<u>1º tri/11</u>	<u>1º tri/12</u>	<u>1º tri/11</u>
Região Metropolitana de São Paulo	1.587.422	1.441.667	1.587.422	1.441.667
Sistemas regionais (i)	<u>601.985</u>	<u>548.163</u>	<u>606.456</u>	<u>549.207</u>
Total (ii)	<u>2.189.407</u>	<u>1.989.830</u>	<u>2.193.878</u>	<u>1.990.874</u>

(i) Compreende os municípios operados no interior e litoral do Estado de São Paulo.

(ii) A receita operacional bruta de vendas de produtos e serviços, apresentou um acréscimo de 10,0% no período de janeiro a março de 2012 quando comparado ao período de janeiro a março de 2011, devido, principalmente, ao aumento tarifário de 6,83% ocorrido em setembro de 2011 e aumento no volume faturado em 3,0%.

### (b) Reconciliação da receita bruta para a receita líquida

	<u>CONTROLADORA</u>		<u>CONSOLIDADO</u>	
	<u>1º tri/12</u>	<u>1º tri/11</u>	<u>1º tri/12</u>	<u>1º tri/11</u>
Receita bruta de vendas e/ou serviços	2.189.407	1.989.830	2.193.878	1.990.874
Receitas de construção	550.856	450.173	557.774	450.188
Impostos sobre vendas	<u>(162.581)</u>	<u>(145.380)</u>	<u>(163.255)</u>	<u>(145.372)</u>
Receita líquida	<u>2.577.682</u>	<u>2.294.623</u>	<u>2.588.397</u>	<u>2.295.690</u>

## Notas Explicativas

### 18. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	1º tri/12	1º tri/11	1º tri/12	1º tri/11
Custos das vendas e dos serviços prestados:				
Salários e encargos	283.081	261.576	283.729	261.709
Obrigações previdenciárias (i)	9.058	11.475	9.058	11.475
Custos de construção	539.382	439.415	545.744	439.429
Materiais gerais	37.592	34.669	37.735	34.720
Materiais de tratamento	44.574	45.605	44.646	45.632
Serviços de terceiros	160.813	131.628	161.485	131.764
Energia elétrica	149.732	140.944	150.693	141.185
Despesas gerais	92.456	84.120	92.553	84.163
Depreciação e amortização	<u>179.751</u>	<u>218.345</u>	<u>179.811</u>	<u>218.347</u>
	<u>1.496.439</u>	<u>1.367.777</u>	<u>1.505.454</u>	<u>1.368.424</u>
Despesas com vendas:				
Salários e encargos	46.281	45.911	46.394	45.931
Obrigações previdenciárias (i)	1.396	1.962	1.396	1.962
Materiais gerais	1.870	1.740	1.870	1.740
Serviços de terceiros	62.179	71.559	62.200	71.565
Energia elétrica	261	171	261	171
Despesas gerais	18.539	20.211	18.586	20.212
Depreciação e amortização	1.489	3.531	1.489	3.531
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida das recuperações (nota 7(c))	<u>38.762</u>	<u>33.137</u>	<u>38.880</u>	<u>33.137</u>
	<u>170.777</u>	<u>178.222</u>	<u>171.076</u>	<u>178.249</u>
Despesas administrativas:				
Salários e encargos	38.441	35.332	39.664	36.030
Obrigações previdenciárias (i)	28.065	200.229	28.070	200.229
Materiais gerais	1.012	748	1.226	783
Serviços de terceiros	42.003	28.258	42.764	28.663
Energia elétrica	354	192	406	194
Despesas gerais	56.849	23.122	57.208	23.299
Depreciação e amortização	5.255	6.217	5.274	6.222
Despesas fiscais	<u>35.012</u>	<u>27.384</u>	<u>35.180</u>	<u>27.431</u>
	<u>206.991</u>	<u>321.482</u>	<u>209.792</u>	<u>322.851</u>
Custos, despesas com vendas e administrativas:				
Salários e encargos	367.803	342.819	369.787	343.670
Obrigações previdenciárias (i)	38.519	213.666	38.524	213.666
Custos de construção	539.382	439.415	545.744	439.429

**Notas Explicativas**

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	1º tri/12	1º tri/11	1º tri/12	1º tri/11
Materiais gerais	40.474	37.157	40.831	37.243
Materiais de tratamento	44.574	45.605	44.646	45.632
Serviços de terceiros	264.995	231.445	266.449	231.992
Energia elétrica	150.347	141.307	151.360	141.550
Despesas gerais	167.844	127.453	168.347	127.674
Depreciação e amortização	186.495	228.093	186.574	228.100
Despesas fiscais	35.012	27.384	35.180	27.431
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida das recuperações (nota 7(c))	<u>38.762</u>	<u>33.137</u>	<u>38.880</u>	<u>33.137</u>
	<u>1.874.207</u>	<u>1.867.481</u>	<u>1.886.322</u>	<u>1.869.524</u>

(i) Decréscimo ocorrido em obrigações previdenciárias deve-se pelo incremento do passivo atuarial relativo aos benefícios de complementação de aposentadoria e pensão concedidos pela Lei Estadual nº 4819/58 (Plano G0), no valor de R\$ 157.527 com impacto no primeiro trimestre de 2011, não recorrente nos demais trimestres.

**19. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS**

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	1º tri/12	1º tri/11	1º tri/12	1º tri/11
Despesas financeiras:				
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos - moeda nacional	(82.203)	(120.130)	(84.561)	(120.205)
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	(20.019)	(19.266)	(20.019)	(19.266)
Outras despesas financeiras	(19.670)	(24.787)	(19.638)	(24.804)
Imposto de renda sobre remessa ao exterior	(2.109)	(1.899)	(2.109)	(1.899)
Varição monetária sobre empréstimos e financiamentos	(8.554)	(19.766)	(8.554)	(19.766)
Varição monetária sobre déficit incentivo Sabesp mais	(415)	-	(415)	-
Outras variações monetárias	(3.891)	(5.012)	(3.891)	(5.012)
Provisões para contingências financeiras	<u>(64.699)</u>	<u>(19.898)</u>	<u>(64.699)</u>	<u>(19.898)</u>
Total de despesas financeiras	<u>(201.560)</u>	<u>(210.758)</u>	<u>(203.886)</u>	<u>(210.850)</u>
Receitas financeiras:				
Variações monetárias ativas	11.774	17.095	11.774	17.105
Rendimento de aplicações financeiras	54.839	61.346	55.006	61.360
Juros e outras	<u>20.994</u>	<u>17.504</u>	<u>21.046</u>	<u>17.516</u>
Total de receitas financeiras	87.607	95.945	87.826	95.981
Financeiras, líquidas antes das variações cambiais	<u>(113.953)</u>	<u>(114.813)</u>	<u>(116.060)</u>	<u>(114.869)</u>

## Notas Explicativas

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	1º tri/12	1º tri/11	1º tri/12	1º tri/11
Variações cambiais, líquidas:				
Varição cambial sobre empréstimos e financiamentos (i)	159.232	69.097	159.232	69.097
Outras variações cambiais	(20)	-	(20)	-
Varição cambial ativa	(249)	(4.918)	(240)	(4.918)
	<u>158.963</u>	<u>64.179</u>	<u>158.972</u>	<u>64.179</u>

(i) Varição do Yene sobre financiamentos do JICA, com decréscimo no valor de R\$ 90,1 milhões decorrente da desvalorização de 9,05% do Yene no primeiro trimestre de 2012 ante uma desvalorização de 4,34% no primeiro trimestre de 2011.

### 20. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

A composição de “outras receitas (despesas) operacionais líquidas” é a seguinte:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	1ºtri/12	1ºtri/11	1ºtri/12	1ºtri/11
Outras receitas operacionais líquidas	10.607	5.254	10.633	5.282
Outras despesas operacionais	(2.144)	(2.069)	(2.144)	(2.069)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	<u>8.463</u>	<u>3.185</u>	<u>8.489</u>	<u>3.213</u>

As outras receitas operacionais compõem-se, de resultados nas vendas do ativo imobilizado, vendas de editais, indenizações e ressarcimento de despesas, multas e cauções, locação de imóveis, água de reuso, projetos e serviços do Pura e Aqualog.

As outras despesas operacionais compõem-se, da baixa de bens do ativo imobilizado por obsolescência, obras desativadas, poços improdutivos, projetos economicamente inviáveis e perda do ativo imobilizado.

### 21. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Administração da Companhia definiu os segmentos operacionais com base nos saldos contábeis em BRGAAP, utilizados para a tomada de decisões estratégicas.

A administração da Companhia considera o negócio como prestação de serviço de água e esgoto. Nenhum segmento operacional foi agregado.

As informações por segmento de negócios para o trimestre findo em 31 de março de 2012 são as seguintes:

**Notas Explicativas**

	<b>CONSOLIDADO</b>			
	<b>1º trimestre de 2012</b>			
	<u>Água</u>	<u>Esgoto</u>	<u>Reconciliação para as Demonstrações Financeiras (a)</u>	<u>Saldo conforme Demonstrações Financeiras</u>
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados - de clientes externos	1.214.705	979.173	557.774	2.751.652
Deduções da receita bruta	<u>(90.087)</u>	<u>(73.168)</u>	-	<u>(163.255)</u>
Receita líquida das vendas e dos serviços prestados – de clientes externos	1.124.618	906.005	557.774	2.588.397
Custos, despesas com vendas e administrativas	<u>(852.266)</u>	<u>(488.312)</u>	<u>(545.744)</u>	<u>(1.886.322)</u>
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas	<u>272.352</u>	<u>417.693</u>	<u>12.030</u>	<u>702.075</u>
Outras despesas operacionais líquidas				<u>8.489</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos				<u>710.564</u>
Depreciação e amortização	106.159	80.415	-	186.574

As informações por segmento de negócios para o trimestre findo em 31 de março de 2011 são as seguintes:

	<b>CONSOLIDADO</b>			
	<b>1º trimestre de 2011</b>			
	<u>Água</u>	<u>Esgoto</u>	<u>Reconciliação para as Demonstrações Financeiras (a)</u>	<u>Saldo conforme Demonstrações Financeiras</u>
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados - de clientes externos	1.107.102	883.772	450.188	2.441.062
Deduções da receita bruta	<u>(80.839)</u>	<u>(64.533)</u>	-	<u>(145.372)</u>
Receita líquida das vendas e dos serviços prestados - de clientes externos	1.026.263	819.239	450.188	2.295.690
Custos, despesas com vendas e administrativas	<u>(915.806)</u>	<u>(514.289)</u>	<u>(439.429)</u>	<u>(1.869.524)</u>
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas	<u>110.457</u>	<u>304.950</u>	<u>10.759</u>	<u>426.166</u>
Outras despesas operacionais líquidas				<u>3.213</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos				<u>429.379</u>
Depreciação e amortização	131.918	96.182	-	228.100

## Notas Explicativas

O lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos da controladora totaliza o montante de R\$ 710.178 (março/2011 – R\$ 429.361), sendo a diferença de R\$ 386 (março/2011 – R\$ 18) representada pelos resultados financeiros e imposto de renda e contribuição social das controladas em conjunto.

Os ajustes na receita bruta das vendas e dos serviços são como segue:

	<u>1º trimestre de</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>
(a) Receita bruta de construção referente ao ICPC 1	557.774	450.188

Ajustes no custo, despesas de vendas e despesas administrativas são como segue:

	<u>1º trimestre de</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>
(a) Custo de construção referente ao ICPC 1	(545.744)	(439.429)

(a) A receita de construção é reconhecida conforme CPC 17, “Contratos de Construção” (IAS 11) usando o método de execução percentual.

## 22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### (a) Capital autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 10.000.000 (31 de dezembro de 2011 – R\$ 10.000.000), mediante deliberação do Conselho de Administração e ouvido o Conselho Fiscal.

### (b) Capital social subscrito e integralizado

O capital social subscrito e integralizado é composto de 227.836.623 ações ordinárias (31 de dezembro de 2011 – 227.836.623), escriturais, nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas:

	<u>Número de ações</u>	<u>%</u>
Secretaria da Fazenda	114.508.086	50,26
Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia	56.036.950	24,59
The Bank Of New York ADR Department (equivalente em ações)(*)	56.663.486	24,87
Outros	<u>628.101</u>	<u>0,28</u>
	<u>227.836.623</u>	<u>100,00</u>

(\*) cada ADR equivale a 2 ações

O dividendo adicional proposto, no montante de R\$ 288.142, referente ao exercício de 2011 foi aprovado na Assembleia Geral de 23 de abril de 2012.

## Notas Explicativas

Outras informações sobre o patrimônio líquido, tais como remuneração aos acionistas, objetivo e finalidade de reservas, encontram-se na nota 18 das Demonstrações Financeiras Anuais de 31 de dezembro de 2011.

### 23. LUCRO POR AÇÃO

#### (a) Básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	<u>1º tri/2012</u>	<u>1º tri/2011</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	491.913	182.793
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (em milhares de ações)	<u>227.836</u>	<u>227.836</u>
Lucro básico e diluído por ação (reais por ação)	2,15907	0,80230

A Companhia não possui potenciais ações ordinárias em circulação, como por exemplo, dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro básico e o diluído por ação são iguais.

### 24. COMPROMISSOS

#### (i) Aluguéis operacionais

Em 31 de março de 2012, os aluguéis operacionais e de instalações já contratados requerem os pagamentos mínimos como segue:

2012	64.116
2013	56.951
2014	27.085
2015	688
Total	<u><u>148.840</u></u>

As despesas com aluguéis para os períodos findos em 31 de março de 2012 e 2011 foram de R\$ 15.768 e R\$ 7.322, respectivamente. Os valores referem-se às seguintes contas: aluguel de imóveis, aluguel de máquinas e equipamentos, aluguel de equipamentos de informática, aluguel de veículos, aluguel de equipamentos automotivos e aluguel de máquinas copadoras. Os contratos dos aluguéis operacionais encerram-se em 2015.

#### (ii) Energia elétrica

A Companhia apresenta contratos de longo prazo de compromisso firme com fornecedores de energia elétrica para uso próprio. Em 31 de março de 2012 os principais valores de contratos dessa modalidade são

## Notas Explicativas

apresentados como segue:

2012	403.443
2013	134.147
2014	109.970
2015	107.405
Total	<u>754.965</u>

As despesas com energia elétrica para os períodos findos em 31 de março de 2012 e 2011 foram de R\$ 150.425 e R\$ 141.358, respectivamente. Os contratos de demanda firme encerram-se em 2015.

### 25. EVENTOS SUBSEQUENTES

#### PAC 2 – GRUPO I - BNDES

Contratos de Financiamento nº 11.2.0975.1 e 11.2.0975.1, assinado em 05/03/2012 entre a SABESP - Companhia de Saneamento Básico do estado de São Paulo e o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, no valor total de R\$ 180.798.006,63. O financiamento tem como objetivo a execução de obras de ampliação e otimização dos sistemas de esgotamento sanitário dos Municípios de São Paulo, Itapecerica da Serra, Embu das Artes, Carapicuíba, Osasco, São Bernardo do Campo e Cotia, bem como para a elaboração do projeto executivo do Sistema Produtor São Lourenço. Prazo total de 180 meses para obras e 96 meses para projeto executivo, com 24 e 36 meses de carência. Juros: TJLP + 1,72% a.a..

#### PAC 2 - Grupo I e II - CEF

Em 28/02/2012 a SABESP formalizou junto à Caixa Econômica Federal 30 (trinta) operações de crédito que totalizam o montante de financiamento de R\$ 133.986.167,53 que serão utilizados na execução de obras e serviços de Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário e Estudos e Projetos. Os municípios beneficiados são, principalmente, os pertencentes as Regiões Metropolitanas de São Paulo, Baixada Santista e Campinas. Os recursos são oriundos do FGTS - Programa Saneamento para Todos e foram obtidos por meio de processo de seleção do Ministério das Cidades - PAC 2 - Grupos I e II. Os encargos financeiros são: Juros de 6,00% a.a. Taxa de Risco de 0,30% a.a. e Taxa de Administração de 1,40% a.a. Indexador TR - Taxa Referencial. O prazo de carência é de até 4 anos e o de amortização é de 20 anos para obras de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário e 5 anos para Estudos e Projetos.

**Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes****1. EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO CONTROLADOR, CONSELHEIROS E DIRETORES**

<b>POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO</b>				
<b>Posição em 31/03/2012</b>				
<b>Acionista</b>	<b>Quantidade de Ações Ordinárias (Em unidades)</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade Total de Ações (Em unidades)</b>	<b>%</b>
<b>Controlador</b>				
Secretaria da Fazenda	114.508.086	50,3%	114.508.086	50,3%
<b>Administradores</b>				
Conselho de Administração	2.009	0	2.009	0
Diretoria	603	0	603	0
<b>Conselho Fiscal</b>	-	-	-	-
<b>Ações em Tesouraria</b>	-	-	-	-
<b>Outros Acionistas</b>				
<b>Total</b>	<b>114.510.698</b>	<b>50,3%</b>	<b>114.510.698</b>	<b>50,3%</b>
Ações em Circulação	113.325.925	49,7%	113.325.925	49,7%

<b>POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO</b>				
<b>Posição em 31/03/2011</b>				
<b>Acionista</b>	<b>Quantidade de Ações Ordinárias (Em unidades)</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade Total de Ações (Em unidades)</b>	<b>%</b>
<b>Controlador</b>				
Secretaria da Fazenda	114.508.085	50,3%	114.508.085	50,3%
<b>Administradores</b>				
Conselho de Administração	2.008	0	2.008	0
Diretoria	603	0	603	0

**Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**

<b>POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO</b>				
<b>Posição em 31/03/2011</b>				
<b>Acionista</b>	<b>Quantidade de Ações Ordinárias (Em unidades)</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade Total de Ações (Em unidades)</b>	<b>%</b>
<b>Conselho Fiscal</b>	-	-	-	-
<b>Ações em Tesouraria</b>	-	-	-	-
<b>Outros Acionistas</b>				
<b>Total</b>	<b>114.510.696</b>	<b>50,3%</b>	<b>114.510.696</b>	<b>50,3%</b>
<b>Ações em Circulação</b>	<b>113.325.927</b>	<b>49,7%</b>	<b>113.325.927</b>	<b>49,7%</b>

**2. POSIÇÃO ACIONÁRIA**

<b>POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA</b>				
<b>Companhia:</b>			<b>Posição em 31/03/2012 (Em Ações)</b>	
<b>CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO</b>				
	<b>Ações Ordinárias</b>		<b>Total</b>	
<b>Acionista</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Secretaria da Fazenda	114.508.086	50,3	114.508.086	50,3

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas  
Companhia de Saneamento Básico do  
Estado de São Paulo – SABESP

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Outros assuntos

#### Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 10 de maio de 2012

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

Valdir Renato Coscodai  
Contador CRC 1SP165875/O-6